

Margareth Gomes de Figueiredo

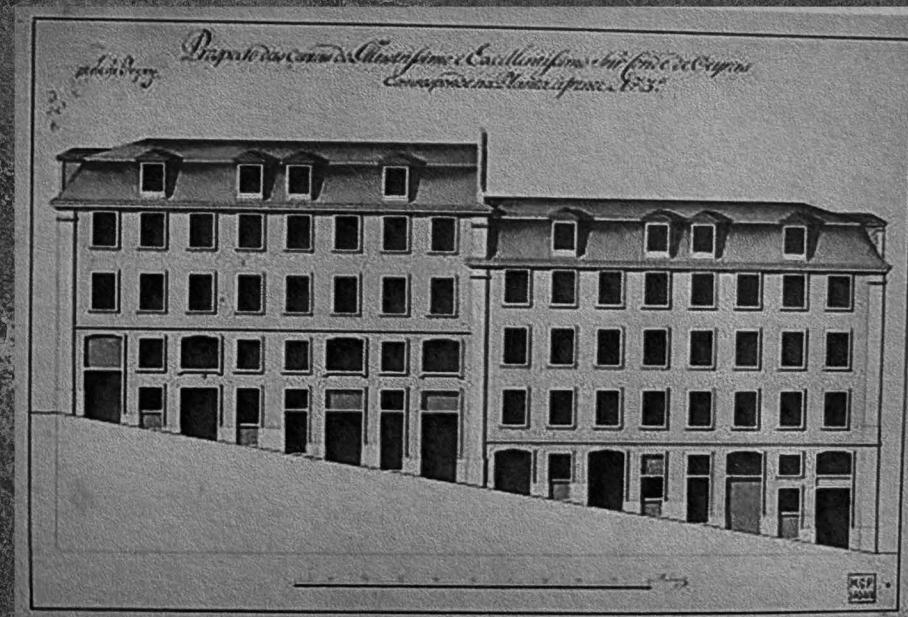


CASARÕES DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Herança da arquitetura tradicional portuguesa

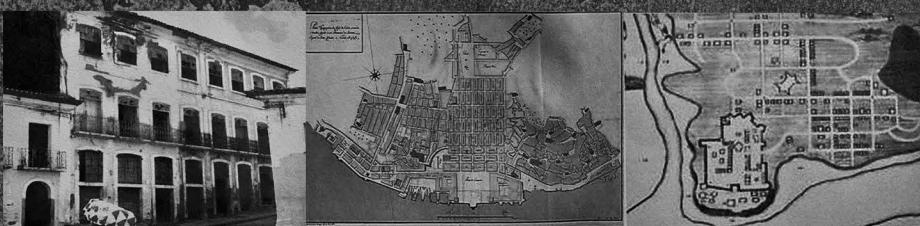


Margareth Gomes de Figueiredo



CASARÕES DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Herança da arquitetura tradicional portuguesa



 Atena
Editora
Ano 2025

Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Assistente editorial

Flávia Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Vilmar Linhares de Lara Junior

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha

2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena
Editora

Os direitos desta edição foram cedidos
à Atena Editora pelo autor.

*Open access publication by Atena
Editora*



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

A Atena Editora mantém um compromisso firme com a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, assegurando que os padrões éticos e acadêmicos sejam rigorosamente cumpridos. Adota políticas para prevenir e combater práticas como plágio, manipulação ou falsificação de dados e resultados, bem como quaisquer interferências indevidas de interesses financeiros ou institucionais. Qualquer suspeita de má conduta científica é tratada com máxima seriedade e será investigada de acordo com os mais elevados padrões de rigor acadêmico, transparência e ética.

O conteúdo da obra e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade, são de responsabilidade exclusiva do autor, não representando necessariamente a posição oficial da Atena Editora. O download, compartilhamento, adaptação e reutilização desta obra são permitidos para quaisquer fins, desde que seja atribuída a devida autoria e referência à editora, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Os trabalhos nacionais foram submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial da editora, enquanto os internacionais passaram por avaliação de pareceristas externos. Todos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Casarões de São Luís do Maranhão - Herança da arquitetura tradicional portuguesa

Autora: Margareth Gomes de Figueiredo
Revisão: A autora
Diagramação: Thamires Camili Gayde
Capa: Yago Raphael Massuqueto Rocha
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F475 Figueiredo, Margareth Gomes de
Casarões de São Luís do Maranhão - Herança da
arquitetura tradicional portuguesa / Margareth
Gomes de Figueiredo. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-3450-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.504251106>

1. Arquitetura. I. Figueiredo, Margareth Gomes de.
II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' é utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra declara, para todos os fins, que: 1. Não possui qualquer interesse comercial que constitua conflito de interesses em relação à publicação; 2. Participou ativamente da elaboração da obra; 3. O conteúdo está isento de dados e/ou resultados fraudulentos, todas as fontes de financiamento foram devidamente informadas e dados e interpretações de outras pesquisas foram corretamente citados e referenciados; 4. Autoriza integralmente a edição e publicação, abrangendo os registros legais, produção visual e gráfica, bem como o lançamento e a divulgação, conforme os critérios da Atena Editora; 5. Declara ciência de que a publicação será em acesso aberto, podendo ser compartilhada, armazenada e disponibilizada em repositórios digitais, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). 6. Assume total responsabilidade pelo conteúdo da obra, incluindo originalidade, veracidade das informações, opiniões expressas e eventuais implicações legais decorrentes da publicação.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite copiar, distribuir, exibir, executar, adaptar e criar obras derivadas para quaisquer fins, inclusive comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos ao(s) autor(es) e à editora. Esta licença substitui a lógica de cessão exclusiva de direitos autorais prevista na Lei 9610/98, aplicando-se os princípios do acesso aberto; 2. Os autores mantêm integralmente seus direitos autorais e são incentivados a divulgar a obra em repositórios institucionais e plataformas digitais, sempre com a devida atribuição de autoria e referência à editora, em conformidade com os termos da CC BY 4.0.; 3. A editora reserva-se o direito de disponibilizar a publicação em seu site, aplicativo e demais plataformas, bem como de comercializar exemplares impressos ou digitais, quando aplicável. Em casos de comercialização direta (por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras), o repasse dos direitos autorais será realizado conforme as condições estabelecidas em contrato específico entre as partes; 4. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza o uso de dados pessoais dos autores para finalidades que não tenham relação direta com a divulgação desta obra e seu processo editorial.

Conselho Editorial

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof^a Dr^a Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Cristina Aledi Felsemburgh – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Diogo Peixoto Cordova – Universidade Federal do Pampa, Campus Caçapava do Sul

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof^a Dr^a Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Hauster Maximiler Campos de Paula – Universidade Federal de Viçosa

Prof^a Dr^a Iara Margolis Ribeiro – Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Jéssica Barbosa da Silva do Nascimento – Universidade Estadual de Santa Cruz

Prof^a Dr^a Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Leonardo França da Silva – Universidade Federal de Viçosa

Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Marcos Vinicius Winckler Caldeira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a Dr^a Maria Iaponeide Fernandes Macêdo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas

Prof^a Dr^a Mariana Natale Fiorelli Fabiche – Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Prof^a Dr^a Priscila Natasha Kinas – Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Rafael Pacheco dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Ramiro Picoli Nippes – Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Dr^a Regina Célia da Silva Barros Allil – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos pelas contribuições e incentivos para a realização deste trabalho e expresso minha especial gratidão:

À Universidade de Aveiro, pela oportunidade de realização do Curso de Doutoramento;

Aos Professores Doutores Humberto Varum e Aníbal Costa, grandes incentivadores e sempre presentes com orientações e contribuições valiosas e relevantes para o desenvolvimento deste trabalho;

À Universidade Estadual do Maranhão e aos professores e funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo pelas diversas contribuições;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa de doutorado;

Ao IPHAN/3^a SR, em especial ao engenheiro Abreu, pela fundamental contribuição na coleta de dados sobre o sistema construtivo tradicional de São Luís do Maranhão;

Aos amigos Jairid Leandro, Ana Beatriz, Letícia Veras, Daniel Paixão, João Mário pela valiosa contribuição na coleta de dados e normalização deste trabalho;

À minha família e aos meus amigos, pelo apoio e companheirismo constantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
ARQUITETURA CIVIL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO.....	3
ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	7
CARACTERIZAÇÕES DA ARQUITETURA CIVIL DE SÃO LUÍS.....	16
ENGENHEIROS, ARQUITETOS E CONSTRUTORES.....	35
PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DA ARQUITETURA PORTUGUESA.....	40
A influência da arquitetura pombalina.....	40
Outras influências de origem portuguesa.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	56
SOBRE A AUTORA.....	59

INTRODUÇÃO

Este livro tem origem na tese de doutorado apresentada na Universidade de Aveiro, em Portugal, concluído em 2014, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Engenharia Civil, realizada sob a orientação científica do Doutor Humberto Salazar Amorim Varum, Professor Associado com Agregação do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro e coorientação do Doutor Aníbal Guimarães da Costa, Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro.

São Luís, capital do Estado do Maranhão, possui um expressivo acervo de arquitetura civil, remanescente dos séculos XVIII e XIX. O conjunto arquitetônico é um legado do período áureo da economia do Maranhão, que na metade do século XVIII, e durante o século XIX passou por uma fase de enriquecimento econômico tendo como base de investimento financeiro a agroexportação do arroz e algodão.

A área mais antiga da cidade, conhecida como centro histórico, acumulou durante três séculos (XVIII, XIX e primeira metade do século XX), exemplares arquitetônicos de diversos estilos. Segundo as tendências e características formais de cada movimento ou período artístico, destacam-se no centro histórico de São Luís os estilos: tradicional português, neoclássico, eclético, *art déco*, neocolonial e moderno, que foram assim caracterizados pelo Instituto de Planejamento Municipal - IPLAM:

Tradional Português: Estilo associado à arquitetura Barroca-Pombalina desenvolvida em Portugal quando da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Desenvolveu-se principalmente em São Luís desde o final do século XVIII até o final do século XIX [...]; **Neoclássico:** Estilo, caracterizado pela utilização de elementos formais e plásticos de origem greco-romana; **Ecléctico:** Caracteriza-se pelo uso do historicismo em sua linguagem plástica e formal, adotando elementos de outros estilos, além do tradicional clássico recuperado das tradições greco-romanas; **Art Decó:** Caracteriza-se pelo uso de formas geométricas, simplificadas e estilizadas, numa linguagem formal decorativa; **Neocolonial:** Estilo arquitetônico de cunho nacionalista surgido no Brasil nas primeiras décadas do século XX, que utilizou as características arquitetônicas, formais e plásticas das construções brasileiras do tempo da colônia, numa reação à influência estrangeira dos modelos arquitetônicos ecléticos utilizados na época; **Moderno:** Estilo concebido nos padrões formais do Movimento da Arquitetura Moderna, a partir das décadas de 40 e 50 do século XX. Caracteriza-se pelo rompimento com as formas decorativas desenvolvidas em estilos e movimentos anteriores. (IPLAM, 1998, p. 33-41).

As edificações de cada um desses estilos possuem elementos e características arquitetônicas próprias, mas para efeito de análise do sistema construtivo tradicional, objeto de estudo, pode-se distingui-las como: edificações tradicionais construídas antes do advento do cimento (estilo tradicional português, neoclássico), edificações que possuem o sistema construtivo em concreto armado (estilo eclético, *art-déco*, neocolonial e moderno) e, eventualmente, edificações de todos os estilos que, na recuperação de sua estrutura tradicional, sofreram profundas mudanças com o uso sistematizado da tecnologia do concreto armado.

O objetivo geral deste estudo é conhecer e valorizar arquitetura civil do século XIX, em São Luís do Maranhão, assim como contribuir para às intervenções a que são submetidas, diante da necessidade de adaptação a usos e funções da vida contemporânea. O trabalho foi desenvolvido em etapas que procuraram caracterizar e analisar a tipologia e o sistema construtivo do patrimônio edificado e seu estado de conservação. O estudo faz-se relevante por considerar os elementos construtivos das edificações tradicionais, por meio de suas técnicas e materiais, um bem cultural portador de memória, identidade e autenticidade, que precisam ser conservados, mesmo que tenham sofrido alterações nas suas diferentes fases de tempo histórico.

A análise da arquitetura civil do século XIX no centro histórico São Luís e das intervenções que ameaçam sua preservação, foi escolhido como tema deste trabalho, tendo como referência a área de tombamento federal efetivada em 1974, que possui cerca de 1070 imóveis, dos quais 370 edificações foram identificadas, neste estudo, como construídas no século XIX. O trabalho foi desenvolvido a partir do estudo das características do sistema construído e influências da arquitetura portuguesa.

ARQUITETURA CIVIL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

O patrimônio construído em São Luís no século XIX, assim como a arquitetura brasileira edificada no período colonial, possui um sistema construtivo de origem portuguesa, com características e técnicas similares em todas as colônias. Sobre essas semelhanças arquitetônicas Alcântara (1980) comenta que “São Luís apresenta muitas das características comuns às das cidades luso-brasileiras; o tipo de loteamento profundo concorre para isso; outros elementos semelhantes são típicos das construções oitocentistas” (Alcântara, 1980, p. 24). A arquitetura urbana em quase todo o Brasil tinha sempre o mesmo partido, definido “pelos grandes telhados de duas águas, com cumeeiras paralelas às ruas, paredes mestras grossas, em pedra e cal ou de taipa de pilão” (Lemos, 1979, p. 11), assim como o tipo de implantação da edificação no lote urbano, situando-se no limite frontal e lateral do terreno. As fachadas apresentam simetria e equilíbrio na composição dos cheios e envasaduras (Figura 1).



Figura 1: (a) Cheios e envasaduras dos imóveis das Quadras 106 e 108 na Rua do Giz; (b) O conjunto arquitetônico da Quadra 108 na Rua do Giz. Fontes: Figueiredo (2006).

No cenário nacional, entre meados do século XVIII e finais do século XIX, a arquitetura civil produzida no Maranhão, principalmente nas cidades de São Luís e Alcântara, acompanhou, em muitos aspectos (implantação no lote urbano, abertura ritmada de vãos) e técnicas construtivas, o padrão das edificações do Brasil colonial. Contudo, no Maranhão, algumas particularidades do partido arquitetônico caracterizam certo regionalismo, ocasionado por circunstâncias socioeconômicas da sociedade civil, além dos ajustamentos climáticos, das condições físicas locais e da utilização de materiais regionais.

Entre os elementos que se destacam com singularidade na arquitetura de São Luís pode-se observar: a quantidade de azulejos portugueses do século XIX, “em toda extensão das fachadas, cuja variedade de padrões e emprego particularizam a imagem da cidade” (Machado & Braga, 2010, p. 37); a presença marcante dos mirantes (pavimentos que aproveitam parte do desvão originado com a inclinação da cobertura, elevando-se acima do telhado principal); o fechamento envidraçado (madeira, vidro e venezianas) das varandas posteriores (Figura 2a); a utilização em abundância da pedra lioz, procedente de Lisboa, na confecção de cunhais, ombreiras, vergas, balcões, estendendo-se a pavimentação das calçadas e meios-fios.

Comentando essas especificidades da arquitetura civil de São Luís, o arquiteto Lúcio Costa destaca que além da azulejaria de fachada, já bastante propalada, existem soluções arquitetônicas peculiares à cidade, como a “superposição da concavidade de duas telhas a fim de aumentar o balanço da chamada “bica” do beiral, engenhoso artifício que em Portugal também só ocorre numa região – a de Setúbal”. Observa-se que em Setúbal os beirais se prolongam (acrúscimo de mais uma telha) apenas nos trechos de prumada da abertura dos vãos, intencionalmente protegendo-os contra a incidência de chuvas da região (Figura 2c e 2d).



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 2: (a) Varanda posterior com fechamento em veneziana, madeira e vidro; (b) Beiral (em São Luís) com sobreposição de duas telhas; (c) e (d) Edificações em Setúbal (Portugal) apresentando beiral com sobreposição de duas telhas. Fotos: (a), (b), (c) e (d) Margareth Figueiredo.

Outro aspecto peculiar à arquitetura civil edificada no Maranhão nos séculos XVIII e XIX é a presença de elementos construtivos da arquitetura pombalina, em muitos solares e sobrados. Em São Luís, algumas edificações com essas características possuem o sistema construtivo com paredes autônomas, confeccionadas em cruz de Santo André (tipo gaiola pombalina), apresentando na fachada vãos ritmados de cheios e vazios, balcões sacados guarnecidos por gradis de ferro forjado, vãos com vergas e ombreiras em pedra lioz, vindas de Lisboa em lastro de navios.

De um modo geral, desde os tempos iniciais da colonização no Maranhão, e em outras cidades brasileiras, as edificações eram construídas baseadas essencialmente no sistema e técnica construtiva portuguesa. Somente no início do século XIX, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, (1808-1822) e por conseguinte com a Abertura dos Portos a outras nações, inicia-se uma nova influência artística no país, principalmente determinada pelos integrantes da Missão Artística Francesa, contratada por D. João VI em 1816, que introduz no Brasil o gosto pelo estilo neoclássico, em voga nas cidades europeias.

Embora alguns autores defendam que essa influência não seja inédita, pois muitos historiadores registram como precursoras do neoclassicismo no país, as obras do arquiteto italiano Antônio José Landi na cidade de Belém do Pará, no final do século XVIII. Ainda sobre as ordens do Marquês de Pombal, primeiro-ministro de D. José I, o trabalho de Landi era “desenhar a Belém pombalina. Seus projetos constituem o sinal mais expressivo da presença do Iluminismo pombalino no Brasil - colônia, abrangendo os mais importantes edifícios públicos, residenciais e religiosos da cidade” (Duarte, 2007, p. 56).

Com o intento de dar-se uma feição neoclássica às construções do Rio de Janeiro, sede da corte portuguesa, muitas alterações construtivas foram determinadas através de leis. Uma dessas leis da época determinava que “as casas ficaram proibidas de lançar águas pluviais nas calçadas – seus beirais receberam calhas, condutores, buzinotes e gárgulas, quando não foram substituídos por platibandas decoradas” (Lemos, 1979, p. 108). Assim como outras proibições e retiradas de alguns elementos arquitetônicos são impostas, a exemplo da “determinação policial de 1809, proibindo o uso de treliças, rótulas e muxarabis - que recobriam os vãos das janelas das casas coloniais - e obrigando a retirada de todos esses elementos então existentes” (Telles, 1984, p. 99).

Em São Luís, essas alterações aconteceram bem depois, na segunda metade do século XIX, como observa-se no Art. 61 do Código de Postura de 1866, determinando que: “Ficam proibidas as calhas ou goteiras, que reunindo as águas pluviaes do telhado as despejam do alto sobre calçadas” (Selbach, 2010, p. 57).

O estilo neoclássico difundido no Brasil no século XIX apresenta, na arquitetura civil, uma renovação mais evidenciada na composição arquitetônica das fachadas, “permanecendo ainda durante várias décadas quase os mesmos sistemas construtivos empregados durante a época da colônia” (Telles, 1984, p. 97).

No final do século XIX e início do século XX predomina no país a arquitetura de estilo eclético. As construções novas e algumas casas já existentes sofrem transformações na implantação no lote urbano e na composição de alguns elementos de fachada, mantendo, no entanto, a simetria na distribuição dos vãos de portas e janelas. Outras apresentam alterações apenas na ornamentação da fachada. A planta baixa continua com a mesma estrutura de distribuição dos ambientes, no entanto, apresentam recuos frontais e/ou laterais. Os beirais da arquitetura colonial, que jogavam águas pluviais diretamente no passeio público são, em algumas construções, definitivamente substituídos por platibandas, com recolhimento das águas através de calhas metálicas.

Em São Luís se destaca também alguns exemplares com características do movimento neocolonial e do estilo *art déco*, mas é o estilo eclético que predomina até ao final da década de 1950, ocorrendo, em várias áreas do centro, principalmente na via que articula o antigo Caminho Grande com a avenida Getúlio Vargas “onde exemplares da nova arquitetura como “*bungalows*”, casario eclético e moderno que se mesclariam com a tradicional arquitetura colonial luso brasileiro” (Pflueger 2012, p. 56). Na década de 1960 alguns imóveis arruinados do centro antigo (época anterior aos tombamentos federal e estadual) são demolidos para dar lugar às construções em estilo moderno.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Nos primeiros anos da colonização portuguesa, e até meados do século XVIII, a economia do Maranhão se reduzia à produção de subsistência, baseada principalmente, nas lavouras de mandioca e algodão. Meireles (1980) relata que em 1683 São Luís, tinha uma população de pouco mais de 1.000 habitantes, e a cidade era “acanhada, de ruas tortuosas, aladeiradas e sem calçamento, em que a quase totalidade das casas era de taipa, recobertas de palha, com urupemas por janelas” (Meireles, 1980, p. 224).

Pela precariedade das construções da época conclui-se por que, nos dias atuais, não existem em São Luís exemplares de arquitetura civil edificados no século XVII. O acervo de arquitetura militar, religiosa e civil que compõe hoje o patrimônio cultural edificado no centro histórico de São Luís configura-se uma herança inestimável, remanescente do final do século XVIII, e século XIX.

O que permaneceu do século XVII no centro antigo de São Luís foi a configuração físico-espacial do traçado urbano (1615), em malha ortogonal, de autoria atribuída ao engenheiro militar português Francisco Fries de Mesquita (Figura 3a). A cartografia original do traçado de Fries nunca foi encontrada, pois segundo Reis Filho (1969), o registro mais antigo que se tem notícia consta do livro de Gaspar Barleus: *Histórias dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes, sob o governo do ilutríssimo João Maurício, Conde de Nassau*, cuja primeira edição, de acordo com Santos (2001), foi publicada em 1645.



(a)



(b)

Figura 3: (a) Traçado de São Luís (1615); (b) Rua do Giz, trecho com topografia plana e escadaria ao fundo para acesso à Rua de Nazaré, situada em cota bem mais elevada. Fontes: (a) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado; (b) Foto Margareth Figueiredo.

Sobre a regularidade do traçado urbano da época, Viveiros (1954) informa que Alexandre de Moura quando veio em 1615, na missão de expulsar os invasores franceses, deixara uma léguia de terra à Câmara de São Luís, com a finalidade de organizar a povoação,

assim determinando que “para a cidade que se levantava, o regimento tem apenas duas linhas na recomendação, que fosse ela bem arruada e direita conforme a traça que ficava em poder do capitão-mor” (Viveiros, 1954, p. 11).

No século XIX, a legislação continua a fazer referência ao alinhamento das ruas, por meio do Código de Postura de 1842, a Câmara de São Luís demonstra evidente preocupação com a manutenção do plano urbanístico de traçado ortogonal do século XVII, estabelecendo, em seu artigo 1º que:

Nenhuma pessoa poderá edificar nesta cidade, e seus subúrbios confinando com ruas, estradas publicas, muros ou caza, sem licença da camara devendo proceder-se antes huma vistoria, ou arrumação pelas justiças ordinárias, sendo citado o procurador da camara para se assignalar a linha de direcção, que o predio deve seguir: pena de ser demolido á custa do proprietário que estiver edificado (Selbach, 2010, p. 19).

Esse traçado se mantém até hoje com as linhas básicas, pois a abertura de novas ruas, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, seguiu a orientação ortogonal de sua origem, independente das circunstâncias topográficas do sítio físico. A ampliação da malha urbana, decorrente da dinâmica inerente às cidades, para abrigar novas demandas socioeconômicas, ocorreu nos séculos seguintes, com o prolongamento das vias do traçado original, e a projeção de novas ruas com orientação Norte-Sul e Oeste-Leste.

A manutenção do traçado ortogonal do centro histórico de São Luís, no entanto, necessitou de soluções de adequação à topografia acidentada do sítio, por existir, em alguns casos, em uma mesma rua, situações com trechos planos e outras com inclinações acentuadas. Para evitar os arruamentos tortuosos, decorrentes da adaptação à topografia acidentada, alguns trechos de conexão de ruas em concordâncias ortogonais foram executados por meio de degraus, a exemplo da escadaria da Rua do Giz, esquina com a Rua de Nazaré (Figura 3b).

No panorama econômico do Brasil, no período do século XVII até metade do XVIII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a capital em São Luís, permaneceu entre as colônias portuguesas mais pobres. Em 1751, D. José I, e seu primeiro-ministro Sebastião José Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e futuro Marquês de Pombal (1770), com intuito de realizar a demarcação dos limites de terras e fortalecer o domínio português na região Norte, transfere a capital para Belém e o nome do estado passa a ser Estado do Grão-Pará e Maranhão. Na ocasião, nomeou como Governador-Geral, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José Carvalho e Melo.

O Governador-Geral Mendonça Furtado, buscando alternativas para reverter à situação de decadência e pobreza do estado, e atendendo também a uma reivindicação dos comerciantes de Lisboa, conversa com seu irmão, Sebastião José Carvalho e Melo, solicitando uma representação junto ao Rei, para a criação de uma companhia de comércio, com a finalidade de dinamizar a economia, tendo como base o fomento da agricultura. Dessa iniciativa surge a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM), em junho de 1755.

O surto de riqueza que a CGGPM proporcionou ao Maranhão no final do século XVIII e durante o século XIX ficou retratado em São Luís que, mesmo perdendo o privilégio de ser capital do estado para Belém, em 1751, passou nesses dois séculos por grandes transformações urbanas. Entre outros benefícios, a Companhia, por meio do documento legal de sua criação, intitulado *Instituiçāo da Companhia Geral do Graō Para e Maranhaō* (Figura 4a), concedia aos seus associados financiamento para aquisição de mão-de-obra escrava e ferramentas para a agricultura.

Além do incentivo à produção agrícola a Companhia facilitava a sua exportação, como determina o Art.^º II do documento de sua instituição, que versa sobre a existência de uma grande frota de navios à disposição dos acionistas, colocando dessa forma o Maranhão no circuito internacional de exportação de produtos agrícolas, principalmente do algodão e arroz. Antes da criação da Companhia poucos navios saiam do Maranhão,

costumava ser de dez a quinze por anno o numero dos navios saídos d'este porto; em 1781 forão vinte e quatro e em 1806 pássarão ja de trinta, tal o efecto da introducção do arroz e do algodão, que o povo ao principio olhou como louca e vexatoria innovação, um dos actos impracticaveis d'um ministro aventureiro. Agora erão esses quasi os únicos gêneros que se exportavão (Southey 1862, p. 374-375).

A CGGPM também contribuiu para a introdução de grande quantidade de escravos africanos, que foram trabalhar principalmente na mão-de-obra da lavoura do Maranhão, viabilizando, de forma competitiva, o mercado de exportação do algodão, pois,

a introdução de escravos negros e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, com recursos públicos, capital inglês e de grandes comerciantes portugueses, foram as principais decisões que iriam influir no futuro da região. A Companhia Geral foi concedida o monopólio do abastecimento, o direito exclusivo da navegação e do comércio com a metrópole e África, para o tráfico de escravos, além de receber do poder público as instalações para o seu funcionamento e dispor de privilégios de nobreza para seus acionistas (Silva Filho, 2008, p. 122).

Sobre as perspectivas do ritmo de progresso da economia do Maranhão com a extinção da Companhia, em 1777,

foi o comércio declarado livre; mas a carência de grandes capitais coloniais e a ausência de estabelecimentos bancários, se não ocasionam um retrocesso, porque a situação econômica já mais ou menos estabilizada, não permitiram o mesmo ritmo de progresso até que, com a transladação da Família Real para o Brasil, em 1807 [sic], e a decretação da abertura dos portos ao comércio das nações amigas, as condições até então prevalecentes foram radicalmente mudadas, principalmente devido à influência inglesa, que a Inglaterra a mais beneficiada com a nova ordem das coisas (Meireles, 1980, p. 229).

Após a extinção da Companhia, Figueiredo (2006), comenta que o Maranhão mesmo enfrentando crises de alta e baixa do algodão, manteve a sua produção agrícola, com base na mão-de-obra escrava, consolidada durante quase todo o Império, principalmente na cidade de São Luís, onde residia a burguesia e os comerciantes que exportavam a produção agrícola, e em Alcântara, onde residia a aristocracia rural.

Parte do sucesso do empreendimento de exportação do algodão, produzido no Maranhão no século XIX, se deve nomeadamente às circunstâncias externas, pois,

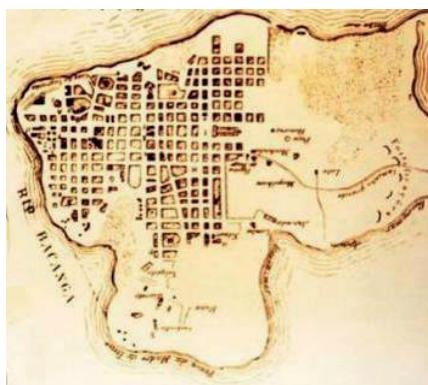
a independência dos Estados da América do Norte e suas consequências, em plena Revolução Industrial, obrigaram a indústria têxtil britânica a procurar novas fontes de fornecimento para as suas fábricas. As terras favoráveis ao cultivo de algodão do Maranhão tornam-se um alvo cobiçado pela qualidade de suas plantações e pelo baixo custo de produção. Graças aos cônsules ingleses em São Luís e à criação de companhias de navegação a vapor, como a Southampton & Maranham Shipping Comp., o algodão da Geórgia ou do Alabama foi rapidamente substituído com vantagem pelo de Caxias e pelo da Baixada Maranhense, embarcado em rolo diretamente para Londres (Moreira, 1998, p. 23-24).

O Império, portanto, foi o período áureo da cidade portuária de São Luís, que se destacava no cenário nacional, como a quarta cidade mais próspera. O capital acumulado com a agroexportação do algodão e do arroz refletiu, de maneira decisiva, em melhorias urbanas e socioculturais. Registra-se considerável alteração na morfologia da cidade, tanto em relação à nova arquitetura de feição lisboeta, adaptada ao clima tropical, como no incremento de melhorias de infraestrutura urbana: pavimentação, iluminação pública a gás, instalação de fontes e chafarizes.

As precárias casas de taipa de mão foram substituídas por novas construções de sobrados, solares e moradas térreas, edificadas em pedra e cal, principalmente nos bairros mais antigos da cidade, expandindo-se no sentido Oeste-Leste, ao longo do Caminho Grande, vetor de penetração para o interior da Ilha de São Luís (Figura 4b).



(a)



(b)

Figura 4: (a) Capa do documento que institucionaliza a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; (b) Mapa de São Luís, em 1844. Fontes: (a) (Lisboa, 1755); (b) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão.

O considerável crescimento das sólidas construções em pedra e cal, dos sobrados, de propriedade dos comerciantes e dos solares pertencentes à elite dos produtores rurais, retrata bem o crescente progresso do Maranhão no século XIX. A solidez das novas construções do século XIX é apontada no documento *Corografia Brazilica, ou Relação Historico-Geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima*, publicado em 1817, pela Imprensa Régia, quando relata que em São Luís

a cazaria he solida com muita frente, e quintaes, e varandas sobr'elles; as ruas calçadas [...] Arrôz, e algodão sam quazi as unicas exportações do seu commercio: para entreposto do derradeiro ha vários armazéns de vasta capacidade; e para pilar o primeiro muitos engenhos. He bem provida d'agua, e abastada de pescado, carne, e frutas. Três fortificações defendem o seu porto, que diminui de fundo. A maré sobe aqui vintoito palmos (Rio de Janeiro, 1817, p. 266-267).

Outro importante documento do século XIX, contendo elementos que possibilitam retratar a configuração urbana do casario de São Luís, é o *Recenseamento da População de São Luís no ano de 1855*. Trata-se do manuscrito existente no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão, com anotações do trabalho realizado por João Nunes de Campos, engenheiro civil formado em 1843 na Escola Central de Paris.

Inicialmente, o engenheiro João Nunes de Campos tinha um Plano para registrar toda a população da capital, no entanto, por motivos alheios ao seu propósito, o recenseamento ficou circunscrito à área da cidade mais adensada na época, correspondente a oitenta quarteirões, “compreendidos nos limites seguintes: rua da Cruz, rua de Santo António, rua do Ribeirão, rua das Barrocas, rua do Egito, beco do Machado, praias do Caju, Pequena, Grande, das Mercês, do Desterro, do Portinho e largo da Fonte das Pedras” (Martins, 1998, p.176). Os dados do censo revelam um perfil importante desse trecho da cidade, com uma população de “nove mil indivíduos distribuídos por 1.065 casas e 15 edifícios públicos” (Martins, 1998, p. 176).

Por meio da leitura e interpretação de alguns dados do Censo de 1855, identifica-se, na área mais antiga da cidade, um expressivo conjunto de arquitetura civil, formado por 303 sobrados, 35 mirantes e 727 casas térreas, somando 1.065 imóveis de propriedade particular. O censo detalha também a projeção de crescimento, quando indica a informação de 26 casas em construção e 60 terrenos por construir. Além dos dados sobre as edificações, o documento enumera alguns ofícios ligados a construção civil, dos quais se destacam: 2 arquitetos, 16 carpintas, 21 carpinteiros, 6 ferreiros, 30 marceneiros e 10 pedreiros (Tabela 1).

Parte dos 15 imóveis públicos indicados no censo são, até hoje, encontrados no núcleo administrativo fundacional de São Luís, situado na Av. Pedro II, antiga Avenida Maranhense. Originado no período do Brasil-colônia, o núcleo administrativo fundacional é constituído pelas edificações do Palácio dos Leões, sede governo do estado (no local do antigo Forte São Luís), Palácio La Ravardière sede do governo municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia), Igreja da Sé (antiga Igreja Nossa Senhora Vitória), e Palácio Arquiepiscopal.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DE SÃO LUÍS NO ANO DE 1855			
Divisão de Classe	Subdivisão	Subtotal	Total
População	Livre Escravo	5.395 3.605	9.000
Artes e Ofícios	Architecto	2	
	Alfaiate	79	
	Barbeiro	24	
	Caldeireiro	2	
	Calafato	14	
	Carpina	16	
	Carpinteiro	21	
	Chapeleiro	6	
	Charuteiro	20	
	Espingardeiro	5	
	Ferreiro	6	
	Funileiro	11	
	Marceneiro	30	
	Ourives	19	
	Pedreiro	10	
	Pentieiro	8	
	Polieiro	3	
	Sapateiro	18	
	Solleiro	3	
	Seringueiro	6	
	Tanoeiro	10	
	Tipógrafo	4	318
Propriedade particular	Armazén	57	
	Botica	11	
	Barraca	22	
	Loja	48	
	Oficina	108	
	Quitanda	76	322
Edifício Público	Edifício Público	15	15
Edifício Particular	Sobrado	303	
	Mirante	35	
	Casa Térrea	727	1.065
Propriedade Particular	Casa em construção	26	
	Terreno por construir	60	86

Tabela 1: Alguns dados estatísticos do recenseamento da população de São Luís em 1855. Fonte:
Adaptado de Martins, (1998).

Os dados do censo de 1855 não informam quais eram os 15 edifícios públicos existentes àquela época. Pressupõe-se, uma vez que o documento não faz referência específica à arquitetura religiosa, que as igrejas e conventos estariam incluídos nos imóveis públicos, pois na área circunscrita do censo registram-se até os dias atuais: 7 igrejas, 3

conventos, o Palácio Arquiepiscopal, o Palácio dos Leões, o Palácio La Ravardiére e o Teatro Arthur Azevedo, somando um total de 14 edificações. Esse número reduzido de prédios públicos pode ser identificado por meio da leitura dos registros do censo de 1855, que aponta a predominância da arquitetura civil na configuração urbana da cidade, com 99% dos imóveis edificados, sobre 1% de construções de edifícios públicos.

Após dez anos São Luís já possuía mais que o dobro de imóveis registrados no censo. A cidade é descrita em 1864 como:

bem edificada, contando acima de 2.800 casas quasi todas de pedra e cal, das quaes umas 600 são sobrados; e alguns verdadeiros palacetes. Os edificios publicos mais notaveis são: os palacios do governo e episcopal, cathedral, theatre, hospital militar, camara municipal, cemiterios e açougue, que nesse genero passa por um dos primeiros do Imperio, bem como o theatre e quartel [...] Conta bastantes e ricos templos e conventos, sendo um de recolhidas, fundado pelo padre jesuita Malagrida; suas 80 e tantas ruas são largas, espaçosas e bem calçadas, e é defendida por mar por tres fortess (Brasil, 1864, p. 396).

Pela quantidade das edificações e a homogeneidade de seus exemplares, o conjunto de arquitetura civil predomina na paisagem de São Luís, com seus solares, sobrados de dois, três e alguns até de quatro pavimentos, somados às habitações térreas do tipo morada-inteira, meia-morada, morada-e-meia, ¾ de morada e porta-e-janela, com seus mirantes e pátios (pomares), arborizados.

O expressivo número de imóveis de arquitetura civil, que diferencia São Luís de outras cidades coloniais brasileiras, tem origem em alguns fatos históricos ocorridos durante a administração do Marquês de Pombal (1750-1777). No início do período pombalino, como já foi comentado anteriormente, a capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão que era em São Luís é transferida para Belém, redirecionando todos os aparatos administrativos e investimentos em imóveis públicos para a nova capital.

No entanto, essa transferência de comando político-administrativo não significou a estagnação da cidade de São Luís, que em meados do século XIX, vivenciou seu apogeu econômico, praticamente empreendido com capital privado da sociedade civil, formada por comerciantes e produtores rurais enriquecidos com a exportação do algodão e arroz. Esse período áureo ficou retratado no conjunto arquitetônico e urbanístico, evidenciando-se que “a forma da cidade de São Luís constituiria, assim o registro histórico de um agenciamento empreendido essencialmente pela iniciativa particular das elites rurais e mercantis da sociedade civil” (Duarte, 2007, p. 47).

A homogeneidade do conjunto urbanístico de São Luís no século XIX foi admirada e ressaltada por alguns viajantes estrangeiros. Os naturalistas Spix e Martius, que estiveram em São Luís em 1819 destacam que “as casas, de dois ou três pavimentos, são na maioria construídas de grés de cantaria e a cômoda disposição do seu interior corresponde ao exterior sólido de conforto burguês” (Spix & Martinus, 1938, p. 477).

O pastor americano Daniel P. Kidder, que visitou a cidade em 1841, destaca “a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras cidades do Império” (Kidder, 1943, p.151). Outro aspecto que despertou a atenção de Kidder foi a regularidade do traçado, a ornamentação e arborização das praças (Figura 5), destacando-se nos seus apontamentos que “as ruas do Maranhão obedecem a um traçado remarcadamente regular, no que respeita à direção [...] A cidade dispõe de diversas praças ornamentadas, algumas delas com árvores de sombra” (Kidder, 1943, p.151).



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 5: Fotos do Álbum de Gaudêncio Cunha (1908): (a) Casario da Praça Benedito Leite; (b) Largo do Comércio; (c) Sobrados da Rua Portugal; e (d) Largo e Igreja do Carmo. Fontes: Acervo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Em 1862 o historiador Robert Southey ao descrever as características das edificações e alguns aspectos da paisagem urbana de São Luís, observa que

estende-se a cidade por vasto espaço, com algumas ruas largas e praças que lhe dão alegre aspecto, mas sadia seria porem, se melhor situada para receber a briza do mar. De um so andar erão as melhores casas, mas bonitas, sendo o sobrado, de ordinário com janellas rasgadas até ao pavimento e varandas de ferro, habitado pela família, e as lojas pelos escravos” (Southey, 1862, p. 375).

A prosperidade econômica do Estado, com um bem-sucedido comércio de exportação do algodão e arroz, resiste até à abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, quando se inicia o declínio econômico do Estado. Situação foi agravada também pelas consequências da queda de preço do algodão e açúcar no mercado internacional. Holanda (1971) afirma que a abolição da escravatura não abalou a região de cultivo do café, que já se preparava para aceitação de um regime de trabalho remunerado, mas atingiu principalmente a produção agrícola dos

estados do Norte, onde a baixa dos preços do açúcar no mercado mundial já tinha acarretado uma situação que o 13 de Maio veio apenas referendar, nada compensaria a catástrofe agrária. Aos barões do açúcar não restava, com a desagregação dos seus domínios, senão conformarem-se às novas condições de vida (Holanda, 1971, p.130).

No final do século XIX, as tentativas maranhenses de recuperar os investimentos econômicos passam pelo beneficiamento do algodão, através da implantação de indústrias têxteis, que surgem como alternativa de reconquistar o mercado externo. Forma-se no Estado um parque industrial com 17 grandes fábricas de fiação e tecelagem.

Até meados do século XX, a atividade voltada para a fiação e fabricação de tecidos vai sucessivamente sendo desativada, abortando a última tentativa de reabilitar a economia do Estado no mercado financeiro externo.

Como as experiências de substituição da atividade agrícola pela implantação de indústrias têxteis não tiveram o sucesso esperado, Figueiredo (2006) comenta que a estagnação econômica do Maranhão no final do século XIX é inevitável, com fortes reflexos negativos no desenvolvimento urbano da cidade de São Luís. Contudo, este foi um dos fatores importantes para a preservação do centro histórico, uma vez que o Estado empobrecido entra no século XX sem perspectiva de acompanhar as renovações urbanas que aconteceram em outros sítios históricos brasileiros.

CARACTERIZAÇÕES DA ARQUITETURA CIVIL DE SÃO LUÍS

“Os sistemas construtivos empregados na arquitetura tradicional em São Luís do Maranhão foram aplicados indistintamente em casas de moradia, sobrados comerciais, edificações religiosas, casas rurais, fábricas e instalações militares” (Silva Filho, 2008, p. 62). O conjunto de arquitetura civil dos séculos XVIII e XIX destaca-se no centro histórico pela quantidade de exemplares que mantêm ainda preservados fortes traços da arquitetura tradicional portuguesa.

A arquitetura civil predomina na paisagem das ruas e ladeiras do centro antigo, por meio de sua tipologia e soluções construtivas, caracterizadas em seus solares, sobrados e casas térreas. Desse modo, em São Luís, os antigos edifícios de arquitetura civil formam um conjunto arquitetônico mais representativo do que os de arquitetura oficial ou religiosa.

Cada edificação civil, de acordo com seu programa de necessidade, apresenta variações quanto ao número de pavimentos, apresentando os tipos: Térreo (térreo com porão, térreo com mirante e térreo com porão e mirante); dois pavimentos (dois pavimentos com porão, dois pavimentos com mirante e dois pavimentos com porão e mirante); três pavimentos (três pavimentos com porão, três pavimentos com mirante e três pavimentos com porão e mirante); e quatro pavimentos (Tabela 2).

Na área de tombamento federal, região onde se encontram os bairros mais抗igos da cidade, verifica-se que há uma predominância de edifícios do século XIX, sendo a maioria construções térreas (51%) seguida de dois pavimentos (37%), apresentando um número bem menor (11%) de imóveis de três pavimentos (Figura 6). As edificações de quatro pavimentos são apenas três sobrados e um solar, que fica na Rua do Giz e abriga a sede do IPHAN, representando apenas 1% das edificações pesquisadas (Figura 8). Observa-se que número de pavimentos de uma edificação situada em esquina é determinado pela fachada principal, mesmo que a fachada lateral (no caso de ruas com grandes declives) apresente alguns subsolos.

A Tabela 2 e a Figura 6 demonstram a diversidade de edificações por número de pavimentos. Destacam-se como maioria, os imóveis térreos e de dois pavimentos, além dos 6% de imóveis com mirantes. Essa diversidade de número de pavimentos das edificações pode ser justificada pelo fato de não existir nos séculos XVIII e XIX nenhuma legislação ou código de postura que determinasse o número de pavimentos permitidos. A ausência de uma norma que regulasse as alturas das edificações, pode também ser percebida, com clareza, no mapa de gabarito, onde as construções de diversas alturas estão distribuídas de forma aleatória (Figura 7).

GABARITO

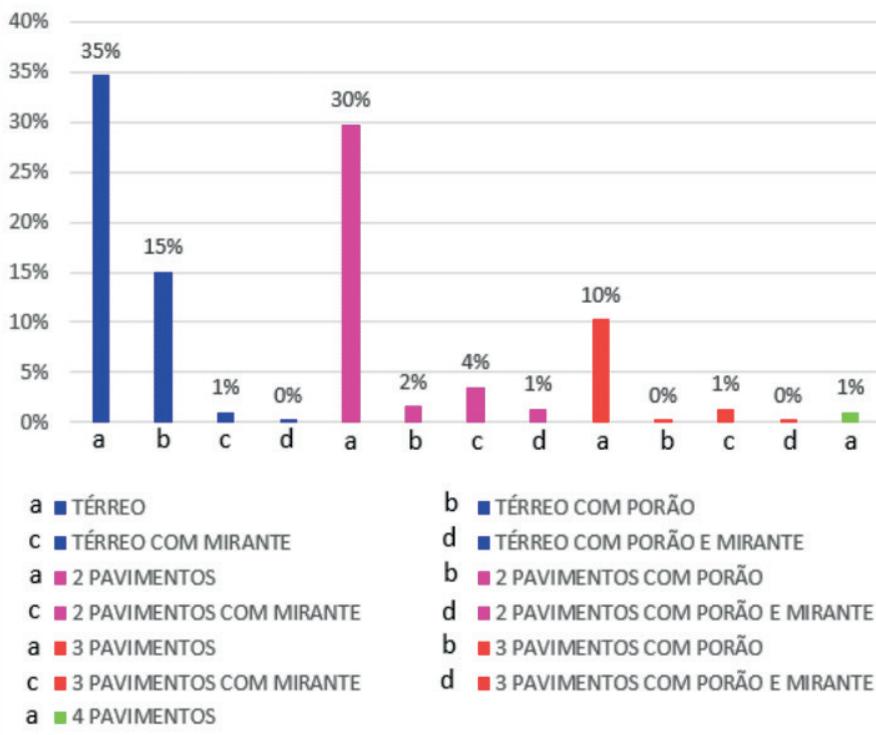


Figura 6: Gabarito dos imóveis no lote urbano do centro histórico na área de tombamento federal de 1974. Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

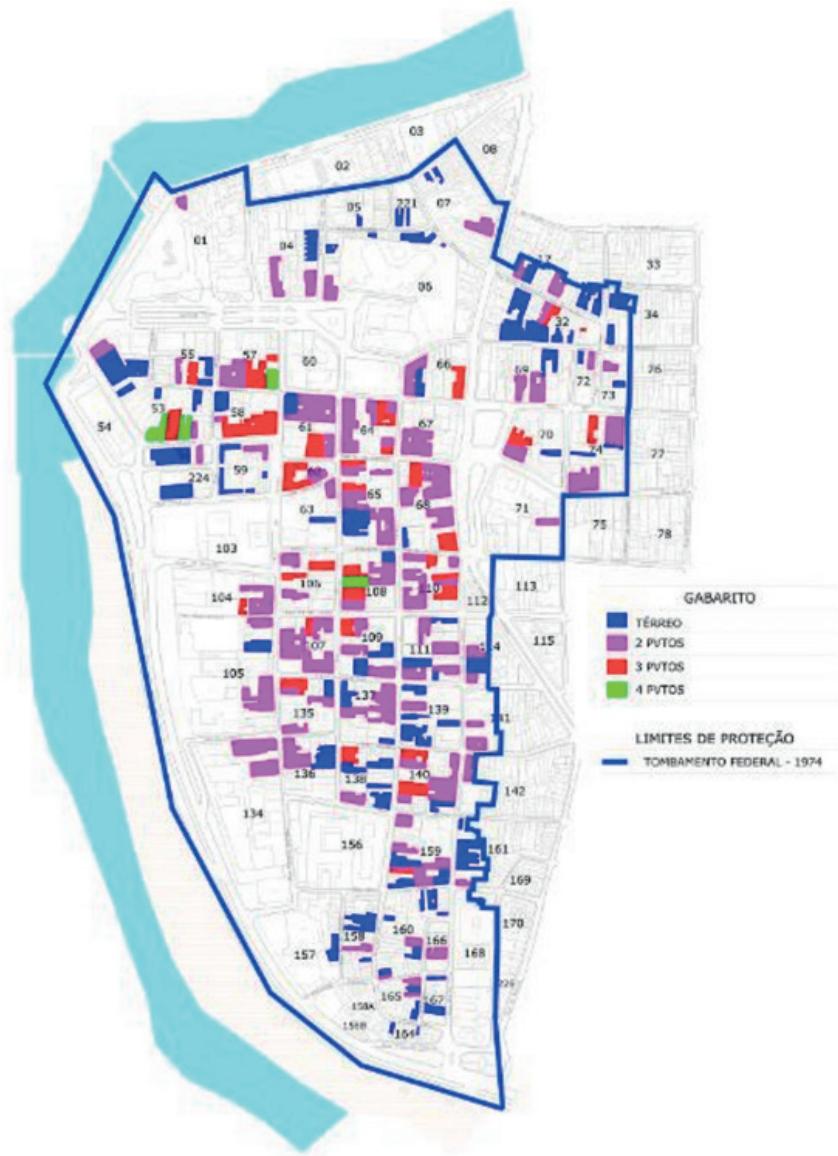


Figura 7: Mapa do Gabarito dos imóveis do século XIX na área de tombamento federal. Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

Tabela 2: Tipologias das edificações por número de pavimentos. Fotos: Letícia Veras.

TIPOLOGIAS DE EDIFICAÇÕES / Nº PAVIMENTOS				
Nº Pavimentos (gabarito)	Variações do tipo de edificações			
Térreo				
	Térreo	Térreo com porão	Térreo com mirante	Térreo com porão e mirante
2 Pavimentos				
	Dois pavimentos	Dois pavimentos com porão	Dois pavimentos com mirante	Dois pavimentos com porão e mirante
3 Pavimentos				
	Três pavimentos	Três pavimentos com porão	Três pavimentos com mirante	Três pavimentos com porão e mirante
4 Pavimentos		-	-	-
	Quatro pavimentos			

Portanto, em São Luís, não há registro de uma hierarquia na implantação dos imóveis em relação ao número de pavimentos, ou mesmo em relação a ruas principais e secundárias, assim um sobrado de três pavimentos pode ser vizinho de uma edificação térrea, ou de dois pavimentos, o que resulta em um desenho urbano com diversidade de volumetria.

As edificações apresentam variações quanto à implantação no lote, assim, de acordo com sua projeção no terreno foram classificadas, segundo Silva, Filho (2008) em: retangular, “L”, “C”, “U” e “O” (Tabela 3).

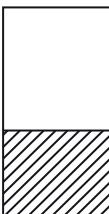
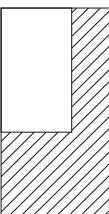
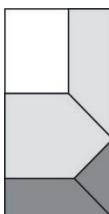
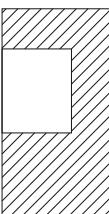
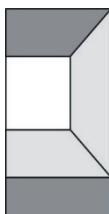
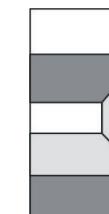
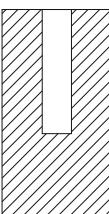
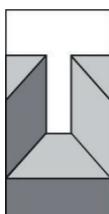
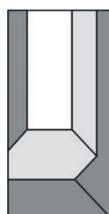
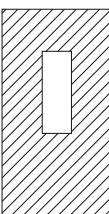
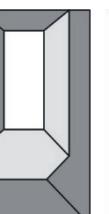
ESQUEMA GERAL DOS TELHADOS				
Tipologias do partido em planta	Esquema dos telhado			
				
Retangular	Centro de quadra	Esquina		
				
"L"	Centro de quadra	Esquina		Esquina
				
"C"	Centro de quadra	Centro de quadra		Esquina
				
"U"	Centro de quadra	Esquina		Esquina isolado
				
"O"	Esquina	Quadra inteira		

Tabela 3: Esquema geral dos telhados. Fonte: Adaptado de Silva, Filho (2008, p. 68).

As edificações do século XIX, analisadas nesta pesquisa, apresentam a maioria, 27% implantação em “L”, seguida de 15% do tipo “C”, 10% retangulares, 4% em “U” e 3% em “O”, sendo que em 9% dos imóveis, por falta de dados nos arquivos pesquisados, ou mesmo por falta de acesso à edificação, não foi possível determinar o tipo de implantação, (Figura 9); os 32% de imóveis classificados como “outros” correspondem aqueles que apresentam implantação diferente dos tipos tradicionais (Figura 10).

O tipo de implantação dos imóveis no lote urbano também contribui para determinar o número de águas do telhado, a exemplo: imóveis em centro de quadra, com implantação em “L” possuem telhado com três águas, se esse mesmo tipo de imóvel estiver em esquina o número de águas aumenta para quatro.

As edificações de arquitetura civil do centro histórico de São Luís do século XIX caracterizam-se, como a maioria das construções dos centros urbanos brasileiros desse período, pela ausência de recuos frontais ou laterais, apresentando um conjunto de imóveis contíguos, separados do vizinho por paredes meeiras, formando quadras, com áreas livres apenas no interior do lote. Apresentam cobertura em telha cerâmica do tipo capa e canal, com águas voltadas para o passeio público e interior do lote.

Considerando-se a volumetria e a composição dos elementos da fachada, as edificações de arquitetura civil do centro histórico de São Luís do século XIX são classificadas em: solares, sobrados e casas térreas (Figura 11).

Entre os 370 imóveis do século XIX, identificados na área em estudo (tombamento federal de 1974), os sobrados predominam na paisagem com 48% dos exemplares, seguido das casas térreas com 25%, e dos solares com 3%. Registra-se que 14% dos imóveis não apresentam tipologia definida (Figura 12). As casas térreas, de acordo com os elementos de fachadas e a distribuição interna subdividem-se em: morada-e-meia, ¾ de morada, meia-morada, e porta-e-janela.

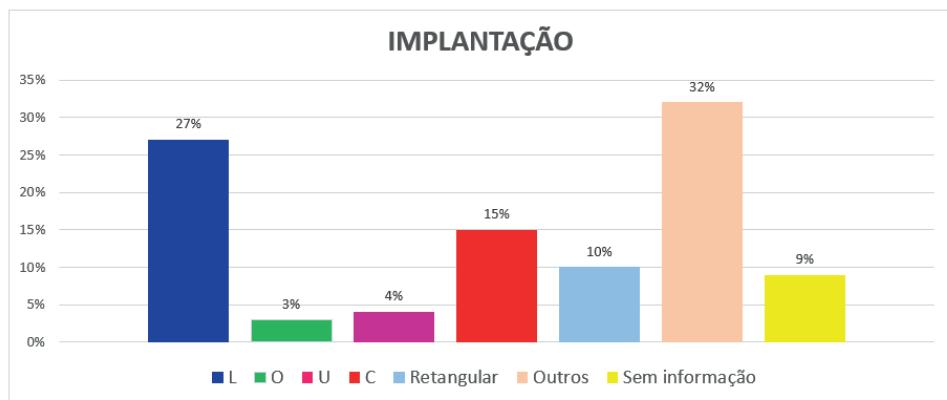


Figura 8: Implantação dos imóveis no lote urbano do centro histórico na área de tombamento federal de 1974. Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

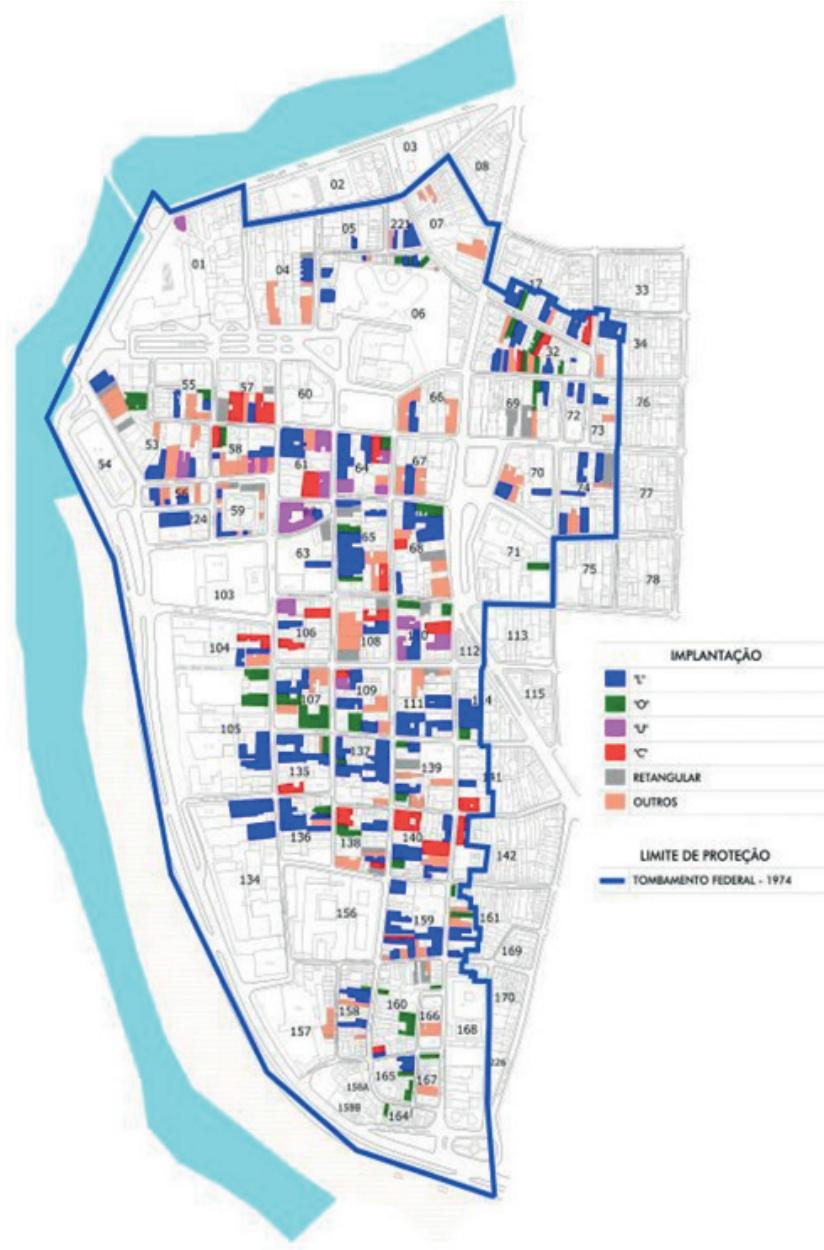


Figura 9: Mapa de Implantação dos imóveis do século XIX na área de tombamento federal. Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

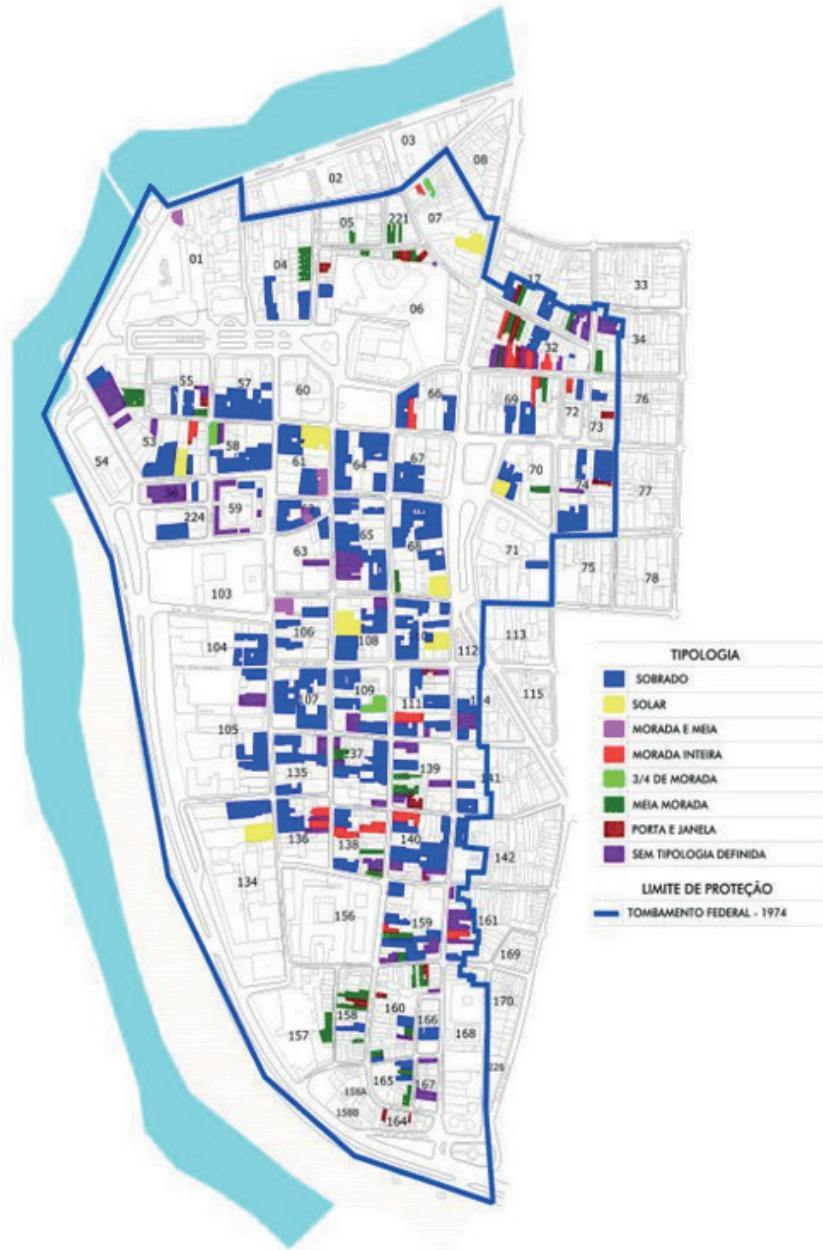


Figura 10: Mapa de tipologias arquitetônicas dos imóveis do século XIX, (área de tombamento federal).
Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

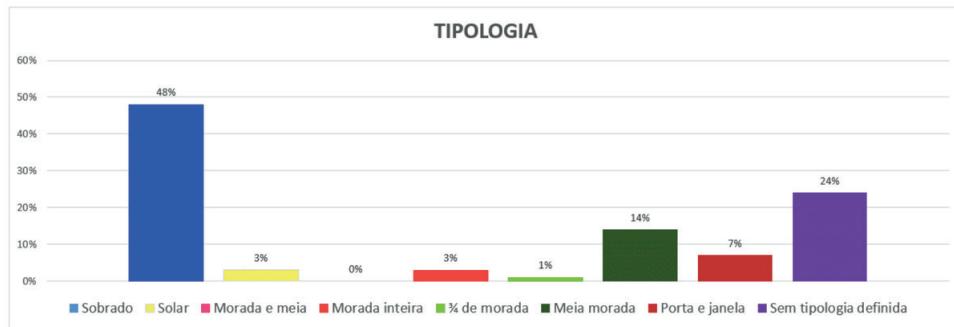


Figura 11: Tipologia arquitetônica dos imóveis do século XIX, (área de tombamento federal de 1974).
Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

Os solares maranhenses, e os brasileiros de um modo geral, são casas ou palácios onde habitavam famílias nobres. Em São Luís foram construídos com requinte pela elite de produtores rurais dos séculos XVIII e XIX, com função essencialmente residencial, para abrigar na capital a família dos senhores de engenhos e os produtores do algodão e açúcar.

Imóvel com aspecto imponente, o solar apresenta na fachada principal elementos arquitetônicos bem elaborados, tais como: portadas com ornamentos em cantaria de lioz, óculos (iluminação complementar no térreo), balcões sacados sinuosos, apoiados por mísulas (cachorros) em pedra lioz, vergas, ombreiras e cunhais também em pedra lioz (Figura 12). O sistema construtivo do solar apresenta paredes-mestras em pedra argamassada com cal, alvenarias autônomas em cruz de Santo André (gaiola pombalina) e paredes divisórias que variam entre as técnicas da taipa de mão e tabique.



(a)



(b)

Figura 12: (a) Solar dos Vasconcelos, situado na Rua da Estrela; (b) Palácio Cristo Rei, situado na Praça Gonçalves Dias. Fontes: (a) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado; (b) Foto de Daniel Lopes.

Em geral, os solares possuem dois pavimentos, em alguns casos, quando a inclinação do telhado e/ou do terreno permite, podem ter também mirantes e subsolos. A implantação mais usual no lote urbano é em forma de “C”, “L” ou “U” (Figura 13). O pavimento térreo é formado pelas áreas de serviço, antigas senzalas, abrigo de carruagens, um grande vestíbulo com acabamento requintado, onde se encontram janelas de peitoril com conversadeiras (Figura 14c) e a escada de acesso ao pavimento superior. Forros do tipo saia e camisa e piso em pedra lioz, destacando-se no vestíbulo o piso em composição de mosaicos, com desenhos geométricos elaborados com pedra lioz, intercalada com seixos rolados, que são pequenas pedras redondas, recolhidas em leitos de rios (Figura 14b).

No pavimento superior, o corpo principal da edificação é formado por salas voltadas para o exterior, dormitórios e alcovas (ambientes sem iluminação e ventilação direta do exterior do imóvel), com acesso pela extensa varanda (da largura do imóvel), que se estende também lateralmente com dependências menores, com acesso por um corredor estreito. Nas salas voltadas para a rua apresentam balcões em pedra lioz (isolados ou corredos), guarnecidos por gradis de ferro forjado. Cobertura em telha de barro do tipo capa-e-canal, com beiral arrematado por cimalha em cantaria ou em tijoleiras com acabamento em argamassa de areia e cal.

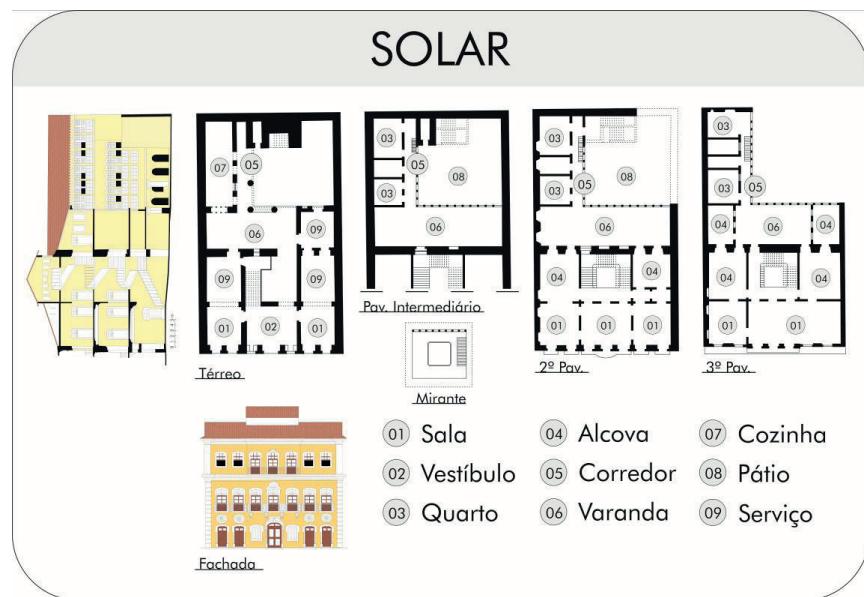


Figura 13: Desenho esquemático da fachada, corte e plantas baixas de um solar. Fonte: Adaptado de Silva Filho, (1998).

Os solares maranhenses, que abrigaram a aristocracia rural do século XIX, ainda hoje podem ser identificados e admirados em diversas áreas do centro histórico, a exemplo do Solar dos Vasconcelos (Rua da Estrela), Solar dos Veras (Rua do Egito), a sede do Museu Histórico do Maranhão (Rua do Sol) e o Palácio Cristo Rei, sede da Reitoria da Universidade Federal do Maranhão (Praça Gonçalves Dias).

Embora alguns solares não estejam em bom estado de conservação, necessitando de obras de manutenção, a maioria encontra-se bem preservado, mantendo todos os elementos arquitetônicos característicos da época em que foram construídos.



(a)



(b)



(c)



(d)

Figura 14: Detalhes arquitetônicos dos solares: (a) Balcão sacado sinuoso, apoiado por míslulas em lioz; (b) Vestíbulo com piso em mosaico e desenhos geométricos, em pedra lioz e seixos rolados; (c) Conversadeiras na janela do vestíbulo; (d) Forro em forma de gamela, com venezianas para aeração.
Fotos: (a), (b) e (d) Margareth Figueiredo; (c) Arquivo IPHAN/3^a SR.

Os sobrados do século XIX destacam-se na paisagem do Centro Histórico, apresentando edificações com até quatro pavimentos, sendo o pavimento térreo destinado ao comércio e os pavimentos superiores ao uso exclusivamente residencial (Figura 15).

Assim como no solar, o sistema construtivo do sobrado apresenta paredes-mestras em pedra argamassada com cal ou, em alguns casos, confeccionadas utilizando a cruz de Santo André (gaiola pombalina) e paredes divisórias que variam entre as técnicas de taipa de mão e tabique.



(a)



(b)

Figura 15: (a) Sobrado na Rua 14 de Julho; (b) Conjunto de sobrados do Largo do Carmo. Fotos: (a) Letícia Veras; (b) Margareth Figueiredo.

Mais despojado que os solares, a sua fachada principal apresenta aspecto sóbrio, com elementos arquitetônicos menos elaborados, tais como: portas com ombreiras em cantaria de lioz ou molduras em argamassa, vãos em vergas retas, abatidas ou em arco pleno, cheios e vazios ritmados, cunhais, balcões sacados isolados e corredos em pedra lioz, com guarda-corpo em gradis de ferro forjado ou fundido.

Em geral, os sobrados possuem dois a três pavimentos e, em alguns casos, mirantes, subsolos e fachadas revestidas com azulejos antigos, procedentes, na sua maioria do Porto e de Lisboa, nos séculos XVIII e XIX. Em relação a implantação no lote urbano apresentam-se sem recuos frontais e laterais, projetando-se em forma de “L”; “C”; “O” ou “U”, formando os pátios internos, que permitem a ventilação e iluminação da varanda posterior, e indiretamente das alcovas, por meio das bandeiras vazadas em madeira.

O pavimento térreo, correspondendo a herança pombalina, é formado por lojas destinadas ao comércio, com grandes vãos estruturados através de arcos em tijoleira cerâmica. Nesse andar fica também o vestíbulo e a escada (lateral ou central) de acesso aos pavimentos superiores. No pavimento superior a planta baixa tem seu corpo principal formado por pequeno vestíbulo de acesso à escada, salas voltadas para o exterior, dormitórios e alcovas com acesso pelo corredor ou pela varanda, interligada também ao pequeno corredor com dependências menores (Figura 16).

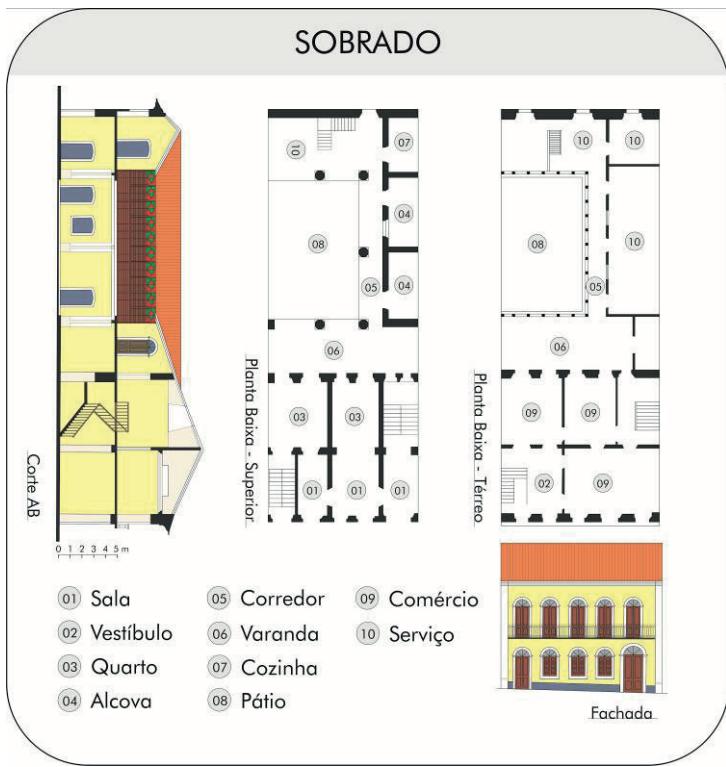


Figura 16: Desenho esquemático da fachada, corte e plantas baixas de um sobrado. Fonte: Adaptado de Silva Filho, (1998).

As casas térreas, do século XIX e início do século XX, da região nordeste do Brasil, especialmente no Maranhão e no Piauí, são conhecidas, por: Porta-e-janela; meia-morada; $\frac{3}{4}$ de morada; morada-inteira e morada-e-meia.

A porta-e-janela é o tipo de habitação mais simples encontrada em São Luís, cuja própria denominação define seus elementos de fachada. Internamente divide-se em três compartimentos (sala, dormitório e cozinha) conjugados, havendo apenas, em alguns casos, um pequeno hall de acesso na porta de entrada (Figura 17).

A meia-morada caracteriza-se por apresentar uma porta de entrada em uma das extremidades com duas janelas laterais. Internamente divide-se em cinco compartimentos: sala, dormitório e varanda, que são articulados por um corredor lateral de acesso na porta de entrada, cozinha e dependência de serviço no corredor secundário, integrado a varanda (Figura 18b e 19a). A edificação do tipo $\frac{3}{4}$ de morada apresenta uma porta ladeada em um dos flancos por uma janela e no outro por duas (Figura 19c). A distribuição dos ambientes em planta baixa é semelhante aos da meia-morada, acrescida de dois pequenos ambientes, na lateral do corredor, correspondente ao acréscimo de uma janela na fachada.

PORTA E JANELA

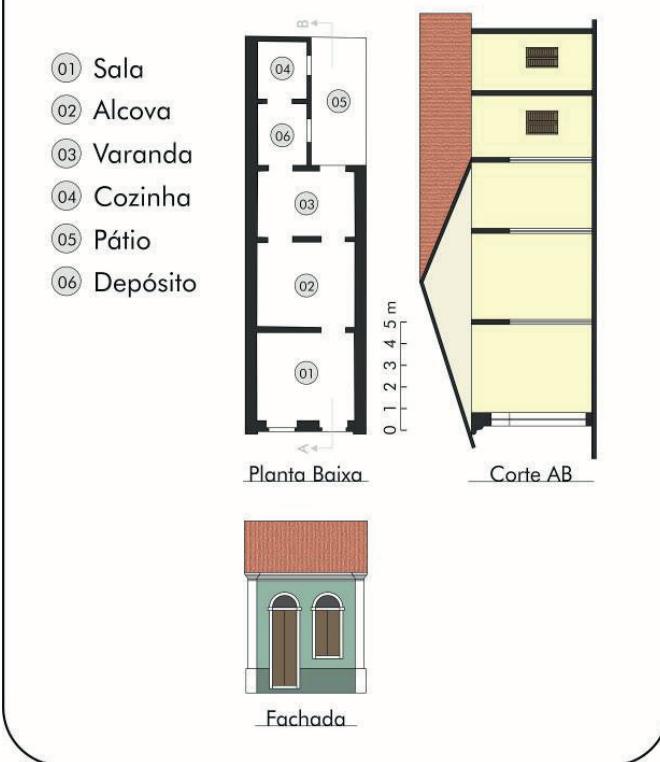


Figura 17: Desenho esquemático de fachada, corte e planta baixa de uma porta-e-janela. Fonte: Adaptado de Silva Filho, (1998).

A morada-inteira apresenta na composição de fachada uma porta central com duas janelas de cada lado (Figura 18d e 19b). A morada-inteira é

constituída pela MEIA-MORADA duplicada simetricamente. Em geral resulta em casa composta por um corredor central ladeado por duas salas de frente e dois quartos, uma VARANDA com a largura da TESTADA do prédio e dependências, uma cozinha e um CORRER[...]. Usualmente tem PLANTA BAIXA em forma de L. Eventualmente pode ter variações nos fundos da edificação, originando uma planta baixa em forma de U (Albemaz & Lima, 1998, p. 397).

O tipo maior de casas térreas é a morada-e-meia, que apresenta uma porta e seis janelas, corresponde a uma morada inteira acrescida de duas janelas (Figura 19e). Sua distribuição interna é semelhante à morada-inteira, acrescida de mais uma sala e um dormitório em um dos lados.



(a)



(b)



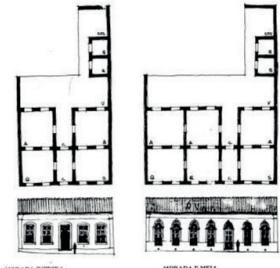
(c)



(d)

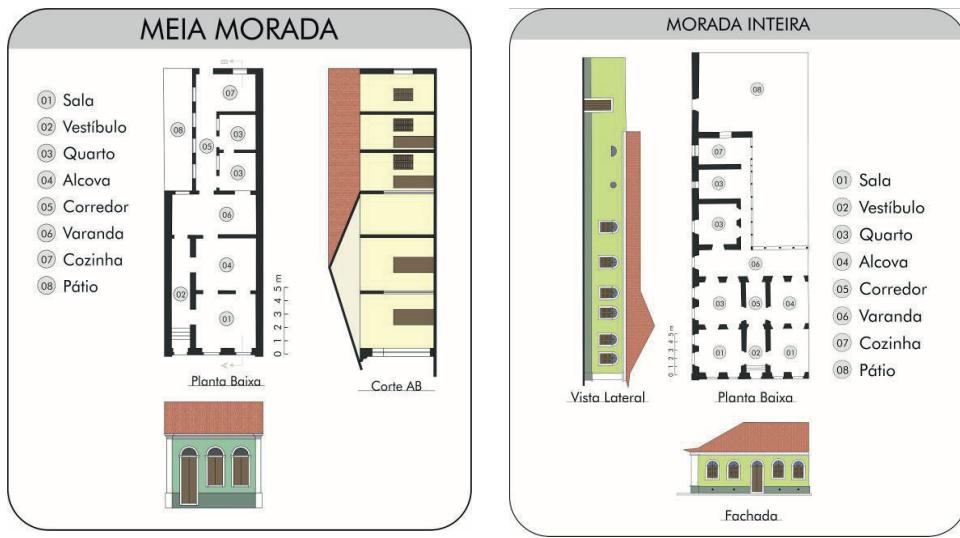


(e)



(f)

Figura 18: Tipologias construtivas: (a) Porta-e-janela; (b) Meia-morada; (c) ¾ de Morada; (d) Morada-inteira, (e) Morada-e-meia; (f) Esquema de planta baixa e fachada da morada-inteira e da morada-e-meia. Fontes: Fotos (a) a (e) Margareth Figueiredo; (f) Desenho de Dora Alcântara.



(a)

(b)

Figura 19: (a) Desenho esquemático da fachada, corte e plantas baixas de uma meia-morada; (b) Desenho esquemático da fachada, corte e plantas baixas de uma morada-inteira Fonte: Adaptado de Silva Filho, (1998).

Para avaliação do estado de preservação considerou-se *preservado* o imóvel que mantém todas as características arquitetônicas tradicionais e *descaracterizado* o imóvel que teve subtraído um ou mais dos elementos arquitetônicos tradicionais.



Figura 20: Estado de Preservação dos imóveis no lote urbano do centro histórico na área de tombamento federal de 1974. Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

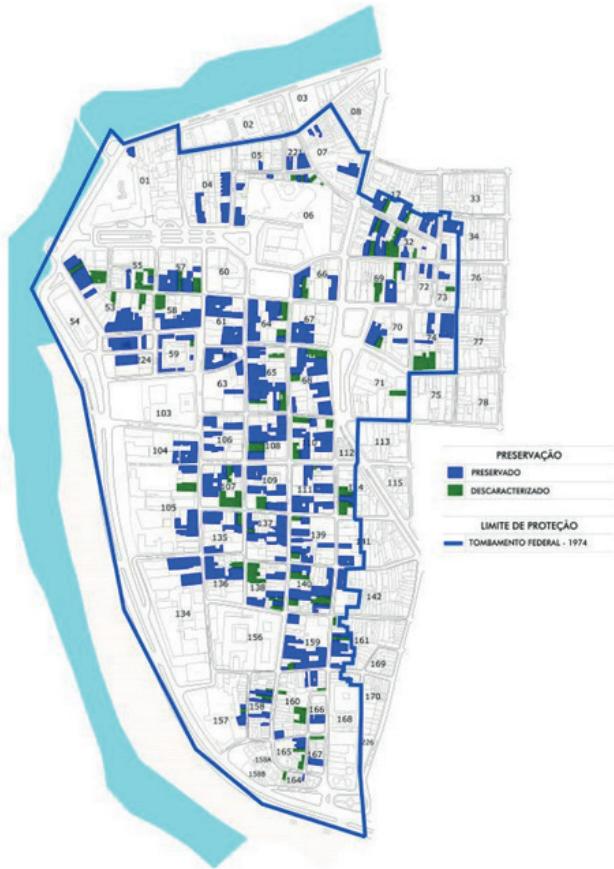


Figura 21: Mapa do Estado de preservação dos imóveis da área de tombamento federal (1974). Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

A análise do estado de preservação dos imóveis do século XIX na área tombamento federal (1974), apresenta um número considerável (76%) de imóveis caracterizados, seguido de (24%) de edificações descaracterizadas (Figura 20). Vale ressaltar que os imóveis descaracterizados, como ainda mantêm muitos elementos da sua configuração original, são passíveis de uma intervenção reabilitadora (Figura 21).

A predominância de edificações caracterizadas confere um bom grau de autenticidade ao centro histórico de São Luís, tendo sido esse um dos fatores que contribuiu para a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Para avaliação do estado de conservação considerou-se: *bom* o imóvel que mantém conservado todos materiais de acabamento; *regular* imóvel que mantém conservado grande parte dos materiais de acabamento; *ruim* o imóvel que mantém conservado apenas uma pequena parte dos materiais de acabamento; *ruínas* o imóvel que apresenta grande parte de sua estrutura em desmoronamento.

A análise do estado de conservação dos imóveis da área tombamento federal (1974) apresenta um número considerável (49%) de imóveis em bom estado, seguido de (32%) edificações em estado regular, alguns imóveis em estado ruim (14%) e um pequeno número (3%) de imóveis em ruínas (Figura 22).

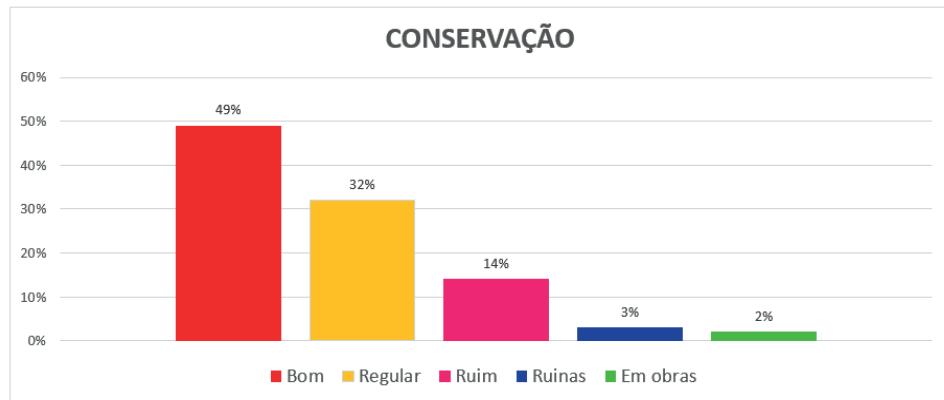


Figura 22: Estado de Conservação dos imóveis no lote urbano do centro histórico na área de tombamento federal de 1974. Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

A predominância de edificações em bom estado de conservação confere um bom resultado no desempenho da salvaguarda do centro histórico de São Luís, principalmente se considerarmos que a situação dos imóveis em ruínas (3%) é reduzida e (2%) dos imóveis encontram-se em obras de reabilitação (Figura 22 e 23).

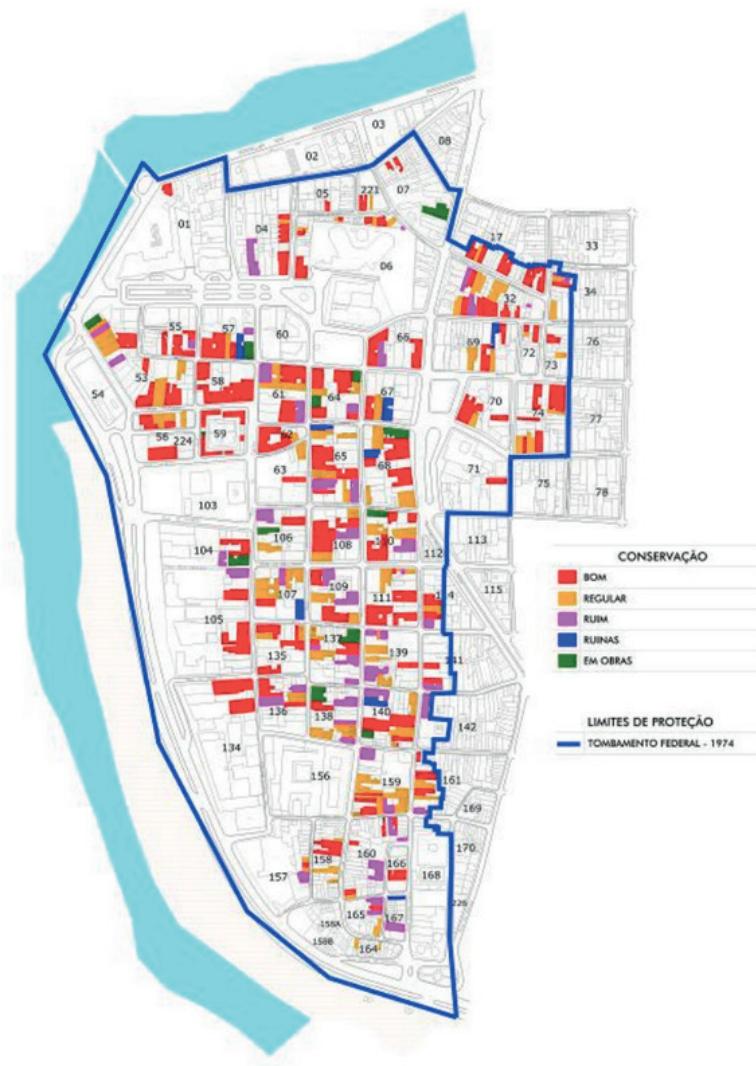


Figura 23: Mapa do estado de conservação dos imóveis da área de tombamento federal (1974). Fonte: Pesquisa de campo realizada (2011) por Margareth Figueiredo, Ana Beatriz e Letícia Veras.

ENGENHEIROS, ARQUITETOS E CONSTRUTORES

Pouco se têm notícias sobre os construtores e autores de projetos dos sobrados, moradas térreas e solares do século XIX no Maranhão. Figueiredo (2006) comenta que esses projetos ainda não encontrados, devem existir ou existiram, pois, segundo as determinações dos Códigos de Posturas de 1842 e 1866 era necessária uma aprovação prévia de licença para todas as construções ou edificações. Já o Código de 1866 passa a exigir que, além da aprovação, as edificações fossem planejadas através de risco e desenho da fachada, como determina o Art. 54:

Ninguem podera d'ora em diante dar começo a edificação sem primeiro o requerer a camara, apresentando-lhe logo o risco e desenho exterior da obra para obter della a necessária approvação. Aos contraventores a multa de trinta mil reis e a demolição á sua custa do que houver construído; ficando também sujeito à demolição, quando se afastarem sem prévio consentimento, do risco e desenho aprovados pela câmara (Selbach 2010, p. 56).

Nos acervos dos arquivos públicos do estado e do município, que reúnem dados da época, não foram encontrados documentos referentes aos riscos ou desenhos citados nos referidos códigos.

A respeito dos projetistas e construtores que atuaram em São Luís o historiador maranhense Marques (1970) relata que durante muito tempo o Brasil colonial ficou sem um corpo de engenharia civil. Francisco Frias foi o primeiro engenheiro que esteve no Maranhão, acompanhando Jerônimo de Albuquerque na expedição que expulsou os franceses em 1615. Além da autoria do traçado urbanístico de São Luís, Frias teria construído na vila de Icatu uma fortaleza em forma hexágona, denominada Forte de Santa Maria.

Ainda sobre a carência de projetistas e construtores, Marques, (1970), comenta que em abril de 1762 o Governador Joaquim de Melo e Póvoas oficiou ao Rei a inexistência de engenheiro no Maranhão, “[...] dizendo não haver aqui um só engenheiro, e nem um só artilheiro, e apenas um pobre velho, capitão-de-artilharia, com perto de 90 anos, dirigindo algumas obras por ser o único que tinha algumas luzes de Engenharia” (Marques, 1970, p. 255).

Apesar da pouca referência que se tem sobre os arquitetos e construtores da arquitetura civil de São Luís do Maranhão nos séculos XVIII e XIX, alguns profissionais nomeados para o Estado são citados no dicionário de arquitetos, engenheiros e construtores portugueses, organizado por Viterbo em dois volumes publicados em 1899 e 1904, e citados por Marques (1970). A seguir Tabela 4 (em ordem cronológica) relacionando os arquitetos, engenheiros e construtores portugueses que estiveram no Maranhão no período de 1615-1870.

ENGENHEIROS E CONSTRUTORES DO MARANHÃO (1615-1870)				
Nome	Descrição da Nomeação	Ano (s)	Cargo	Referência Bibliográfica
Francisco Frias de Mesquita	Nomeado em 1603 para ir ao Brasil cuidar das fortificações e fortalezas. Autor do traçado urbano de São Luís (1615).	1615	Engenheiro-militar	Viterbo, 1899, p. 376-377; Marques, 1970, p. 255.
Thomé Pinheiro de Miranda	Nomeado, em 1681, engenheiro do estado do Maranhão pelo Príncipe de Portugal Dom Pedro.	1681	Engenheiro	Viterbo, 1904, p. 277
Nome	Descrição da Nomeação	Ano (s)	Cargo	Referência Bibliográfica
Pedro de Azevedo Carneiro	Nomeado em 1685 para o cargo de capitão engenheiro do Maranhão. Em 1691 obteve licença para voltar ao reino.	(1685-1691)	Capitão Engenheiro	Viterbo, 1899, p.78
Custódio Pereira	Projetou e construiu a Sé de São Luís. Em 1705 foi nomeado sargento-mor, com obrigação de ensinar engenharia.	(1691-1705)	Engenheiro, Arquiteto	Viterbo, 1904, p.244-245
Sebastião Pereira	Discípulo da Aula de Fortificação de Lisboa. Em 1718 foi nomeado por Dom João, para o cargo de capitão engenheiro de artilharia de S. Luiz do Maranhão.	1718	Capitão Engenheiro de Artilharia	Viterbo, 1904, p. 250
Alexandre dos Reys	Nomeado ajudante de fortificações de São Luiz, em janeiro de 1721, na época do governador capitão geral do estado do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo.	1721	Ajudante de Fortificações	Viterbo, 1904, p. 358
Thomás Rodrigues da Costa e Manuel Alva-res Calheiros	Nomeado em 1757, Capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, juntamente com Manuel Alvares Calheiros, para servir nos Estados do Grão-Pará e Maranhão.	1757	Sargento-mor de Infantaria/ Engenheiro	Viterbo, 1904, p. 404
Manuel Fric Gotz	Nomeado em 1767 por D. José I a sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro na cidade de S. Luís do Maranhão.	1767	Sargento-mor de Infantaria/ Engenheiro	Viterbo, 1899, p.464-465
José de Carvalho	Tenente-Coronel de Milícias e Engenheiro Civil veio de Lisboa por chamado dos diretores da Companhia de Comércio. Faleceu em São Luís em 1817 ou 1818.	(Sem data precisa)	Engenheiro Civil, Tenente Coronel de Milícias	Marques, 1970, p. 256
António Bernadino Pereira do Lago	Nomeado por D. João VI, em 1818, para a capitania do Maranhão. Calçou quase todas as ruas da capital. Trabalhos: <i>Carta Geral da Capitania do Maranhão (1820)</i> e <i>a Carta Topográfica da Ilha do Maranhão</i> .	1818	Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros	Marques, 1970, p. 256-257
José Maria Alves	Conhecido por José Maria Maquinista. Construiu alguns dos melhores prédios desta capital.	(Sem data precisa)	Arquiteto	Marques, 1970, p. 257
Manuel José Pulgão	O português Manuel José Pulgão construiu os prédios do Desembargador Martins, no final da Rua Formosa, e o do comendador Vieira Belfort, no Largo dos Remédios.	(Sem data precisa)	Construtor	Marques, 1970, p. 257
Nome	Descrição da Nomeação	Ano (s)	Cargo	Referência Bibliográfica
Joaquim Rodrigues Lopes	Maranhense, estudou na Academia de Fortificações em Lisboa. Nomeado em 1827 Segundo Tenente de Engenheiros. Obras: Cais da Sagrada; Armazém da Pólvora; Fonte das Pedras e do Ribeirão; várias igrejas do interior.	(1827-1845)	Segundo Tenente de Engenheiro	Marques, 1970, p. 258

Júlio Boyer	Engenheiro Francês da repartição de Obras Públicas. Obras: Cais da Sagrada e calçada da Rua Grande, onde usou o Sistema Macadame, pavimentação que emprega pedra britada comprimida em argila.	(Sem data precisa)	Engenheiro prático	Marques, 1970, p. 258
João Nunes de Campos	Formou-se em 1843 em Paris. Nomeado como primeiro Diretor de Obras Públicas. Trabalhos: Recenseamento de São Luís em 1855; plano da Igreja de N. S. dos Remédios; planta de cotas e nivelamento do Caminho Grande até o Cotim.	(Sem data precisa)	Engenheiro civil	Marques, 1970, p. 258-259
Raimundo Teixeira Mendes	Formado em Paris, trabalhou para o governo dirigindo as obras: Canal de Arapapai; Igreja de São Joaquim do Bacanga; Dique da Companhia Anil; Companhia Fluvial de Navegação a Vapor.	(Sem data precisa)	Engenheiro	Marques, 1970, p. 259
João Vitor Vieira da Silva	Maranhense estudou engenharia no Rio de Janeiro. Empregado na Província de São Luís. Serviços na direção de obras: cais, dique, quartel, Fortaleza de Vera Cruz e Hospital da Madre de Deus.	(Sem data precisa)	Tenente Coronel Engenheiro	Marques, 1970, p. 259
João Antônio dos Santos	Baiano, naturalizado cidadão americano, onde se diplomou Artista Teórico-prático. Arquiteto da Câmara Municipal. Obras: casas grandes no Largo dos Remédios; plano da Igreja de Santo Antônio.	(Sem data precisa, 1856?)	Arquiteto	Marques, 1970, p. 257
Fernando Luís Ferreira	Maranhense, Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros. Em março de 1865 foi nomeado diretor das Obras Públicas. Dirigiu as obras: da Fonte do Ribeirão; da Cadeia Pública; do cais, rampa e escada do Portinho.	1865	Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros	Marques, 1970, p. 259-260
Francisco Gomes de Sousa	Maranhense, engenheiro e bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas. Dirigiu as obras do dique, e concluiu o encanamento das águas da Companhia Anil, abastecendo todos os chafarizes. Acabou a construção da Igreja de São Joaquim do Bacanga e fez plano da Igreja da cidade de Rosário.	(Sem data precisa)	Engenheiro	Marques, 1970, p. 261
Francisco César do Amaral	Maranhense, dirigiu as obras da Igreja de Santo Antônio, da Rampa de Campos Melo, do Teatro de São Luís, e reparos no Farol de Santana.	(Sem data precisa)	Engenheiro civil e militar	Marques, 1970, p. 262
José Ganne	Engenheiro francês foi diretor do Gasômetro. Trabalhos: Estudos para o estabelecimento de uma fábrica de fiar e tecer; o restabelecimento da Companhia Anil; a estrada para Caxias.	1865	Engenheiro	Marques, 1970, p. 262
Edmund Compton	Engenheiro inglês da Companhia de Gás, diretor das obras feitas no Gasômetro em 1870.	1870	Engenheiro	Marques, 1970, p. 262
Augusto Teixeira Coimbra e Miguel Antunes Lopes	Os Engenheiros Augusto Teixeira Coimbra e Miguel Antunes Lopes foram contratados (1870), pelo governo central, para examinar o edifício da Alfandega e fazer o orçamento de uma ponte para carga e descarga até a baixa-mar.	1870	Engenheiros	Marques, 1970, p. 262

Tabela 4: Engenheiros e Construtores no Maranhão (1615-1870). Fontes: Elaborada com dados das referências bibliográficas de Viterbo, (1899 e 1904) e Marques, (1970).

Telles (1984), no seu estudo sobre a história da engenharia no Brasil nos séculos XVI a XIX, comenta que,

durante o século XIX e até mesmo bem depois, a maioria das construções particulares ainda eram feitas por simples mestres de obras, cujo grau de instrução e de competência eram muito variáveis: alguns havia que pela experiência e estudo podiam dar lições a muito engenheiro novato, e outros ignorantes e analfabetos, esses últimos com o agravante da inexistência de uma legislação que regulamentasse a responsabilidade pelas obras (Telles, 1984, p. 104).

De acordo com Marques (1970), no período entre o ano de 1818 e 1827 registram-se as informações de que o arquiteto José Maria Alves construiu alguns dos melhores prédios de São Luís, mas essa informação não é suficiente para identificar-se os referidos imóveis no centro histórico. Outro construtor que se destaca no século XIX é o português Manuel José Pulgão, a quem é atribuído, segundo Marques (1970), a construção dos prédios do Desembargador Martins, no final da Rua Formosa, e do Palácio Cristo Rei (solar) situado no Largo dos Remédios, que pertenceu ao comendador José Joaquim Teixeira Vieira Belfort (Figura 13b). Marques (1970), também faz referência ao arquiteto baiano João Antônio dos Santos como construtor de casas no Largo dos Remédios.

No caso das obras oficiais, encontram-se ainda alguns registros dos autores de projetos e datas de construção, no entanto, sobre os sobrados, solares e moradas térreas poucas são os dados sobre a autoria de projeto e construção. Algumas informações, quando existem, apresentam poucos detalhes, como aquelas que possuem na sobreverga ou gradis da fachada a data da construção e monogramas com as iniciais do proprietário (Figura 24 e 25).

Homogeneidade, o rigor de princípios, o esmero técnico e as preocupações artísticas, os projetos da arquitetura civil ainda são desconhecidos. Já os proprietários e as datas de construção são encontrados nas grades de sacadas em forma de monogramas, nas vergas das portas e em lápides abertas a cinzel, como a existente no cunhal de um sobrado na Rua de Nazaré com a Rua da Estrela, que diz: *Caetano José Teixeira fez edificar propriedade. Em 1807.* (Silva Filho, 1998, p. 37).



(a)

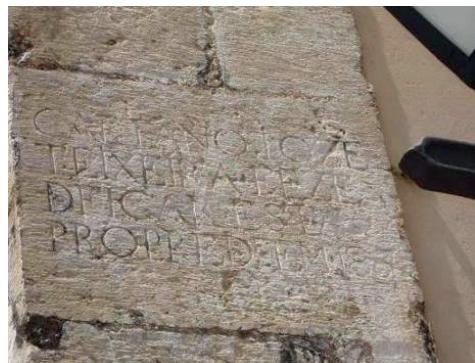


(b)

Figura 24: (a) e (b) Inscrições de época, com data de construção e monogramas do proprietário. Fotos:
(a) Daniel Lopes; (b) Margareth Figueiredo.



(a)



(b)

Figura 25: (a) Cunhal apresenta na face da Rua da Estrela inscrição do século XIX, que indica o nome do proprietário e a data de construção do imóvel; (b) Detalhe da inscrição em pedra de lioz do cunhal:
CAETANO JOSE TEIXEIRA FEZ EDIFICAR ESSA PROPRIEDADE EM 1807.

PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DA ARQUITETURA PORTUGUESA

Nesse item procura-se identificar as principais influências da arquitetura portuguesa nas edificações construídas em São Luís do Maranhão no século XIX. Na abordagem ao tema, consideram-se os detalhes arquitetônicos e as técnicas construtivas que a grande imigração portuguesa, procedente de diversas regiões de Portugal, trouxe ao Brasil desde o início da colonização. Pondera-se que a diversidade das técnicas construtivas portuguesas foi aplicada em várias regiões brasileiras, por essa razão esse estudo limitar-se-á a analisar aquelas soluções arquitetônicas que foram adaptadas singularmente as condições materiais, socioeconômicas e climáticas de São Luís, caracterizando-as, portanto, como soluções regionais.

Nesse sentido destacam-se, pela constância como são aplicadas na maioria dos imóveis do centro histórico de São Luís, as técnicas construtivas adotadas na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755 e as soluções avarandadas e alpendres de edificações de outras regiões de Portugal como Norte, Beiras e Trás-os-Montes, a exemplo cidades de Bragança, Viseu e Amarante.

Como expressão volumétrica poder-se-ia se dizer que a arquitetura civil de São Luís apresenta, na fachada principal, soluções costumeiras das técnicas construtivas e das fachadas Pombalinas, somadas, nas fachadas posteriores, à despojada solução das varandas e alpendres comuns nas regiões das Beiras e Trás-os-Montes. Acrescenta-se a cobertura (duas a seis águas) em telha cerâmica tipo capa-canal. Internamente as plantas-baixas com vestíbulo, salas, alcovas, varandas e pátios internos, em forma de “L”, “U” e “C”, lembram, guardando as devidas proporções físicas e ornamentais, a implantação dos antigos solares portugueses.

Ao estudar as influências da arquitetura luso-brasileira no Maranhão é imprescindível a leitura, como revisão de literatura básica, do *Cartulário Pombalino, Coleção de 70 Prospectos (1758-1846)*, publicado pelo Arquivo Municipal de Lisboa em 2005, assim como a leitura das contribuições de trabalhos sobre a arquitetura de São Luís, que entre outros autores, destacam-se os trabalhos dos arquitetos Olavo Pereira da Silva Filho e Dora Alcântara, respectivamente, as publicações: *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão* e *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*.

A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA POMBALINA

O inovador plano urbanístico de reconstrução da baixa pombalina, após o terremoto de 1755, contribuiu para que Lisboa apontasse, no século XVIII, um novo modelo de cidade iluminista. A primeira influência foi no “Porto, no âmbito da renovação urbana levada a cabo no tempo dos Almada, depois veio a Vila Real de Santo António, pela mão do próprio Marquês de Pombal, e, finalmente, todas as vilas e cidades do Reino” (Monteiro, 2005, p. 123), a exemplo de São Luís do Maranhão (Figura 26). O Plano da Baixa Pombalina

aponta para uma solução de renovação que, apesar de comprometida com a memória da cidade destruída, avança bem além do seu tempo e do limiar então reconhecido à utopia. Dá-se a aglutinação total entre Arquitectura e Urbanismo, sendo a cidade um organismo cujo controle ideológico exercido pelo desenho e pelos conceitos e aparelho jurídico que o suportam é absoluto. Daí nascerá não apenas uma cidade, mas também uma sociedade renovada. A qualidade de solução e o sucesso da renovação de Lisboa proporcionado pela catástrofe resultaram da *luz* emitida na rara fusão entre o *poder* e o *saber* (Rossa, 2005, p. 73).

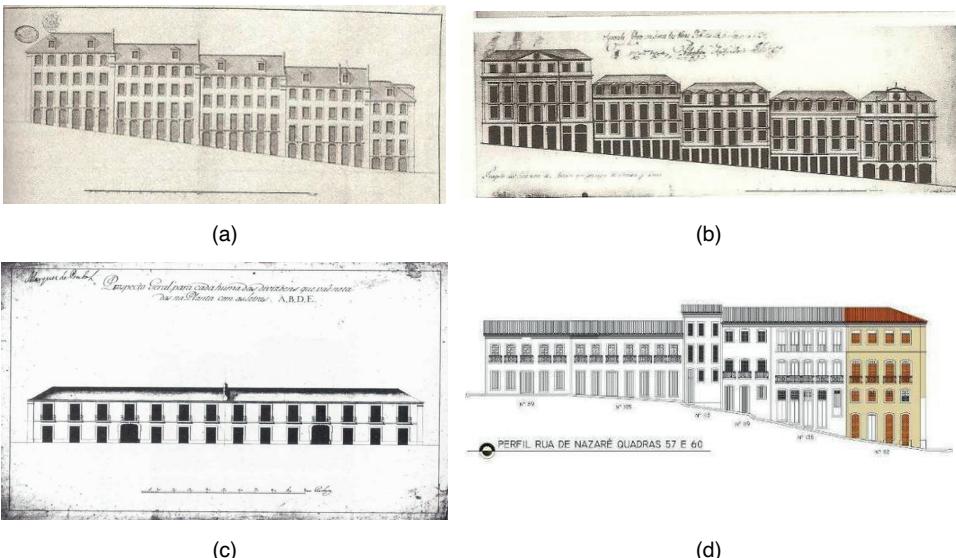


Figura 26: Cidades iluministas - (a) Lisboa: Fachada da Travessa de Santa Justa (Lado Norte); (b) Porto: Fachada da Rua Nova de Santo António (Lado Sul); (c) Vila Real de Santo António; (d) São Luís do Maranhão: Fachadas da Rua de Nazaré. Fontes: (a) e (b) Mota, 2006; (c) Fidalgo, Grilo, & Santos (2010). (d) IPHAN/3^a SR.

Em São Luís, a arquitetura civil produzida desde meados do século XVIII até ao final do século XIX, classificada em 1998 pelos órgãos de preservação do Maranhão como estilo “tradicional português”, apresenta, como já citado nesse trabalho, fortes influências do complexo sistema construtivo das edificações da reconstrução de Lisboa, na área conhecida como Baixa Pombalina, em referência à competente atuação do Marquês de Pombal.

Num primeiro momento registra-se, de acordo com Venâncio & Figueiredo (2008), que alguns fatos históricos, contribuíram para influenciar a arquitetura da parte mais antiga da cidade de São Luís, com traços e feições pombalinas. Entre eles citam-se: a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal para o cargo de governador-geral (1753) do Estado do Grão-Pará e Maranhão; a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão em 1755, que deu início ao período áureo da economia maranhense; a nomeação do sobrinho do Marquês de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas para o cargo de governador da capitania do Maranhão (1761-1779), além do constante tráfego de navios entre São Luís e Lisboa, nos séculos XVIII e XIX.

No entanto, como a maioria das construções que apresentam características pombalinas em São Luís foram construídas no século XIX, após a morte do Marquês de Pombal, considera-se que essa relação do grau de parentesco dos dirigentes do Maranhão teria sido um primeiro contato de conhecimento da inovadora técnica construtiva adotada, na reconstrução de Lisboa, pois a execução dos desenhos e alçados do 1º Plano da Baixa, elaborados na Casa do Risco, se estendeu por mais de oitenta anos (1758-1846). Alguns viajantes comentaram a lentidão do processo de reconstrução,

em 1774, ainda, um estrangeiro escreverá: «Os estragos do terramoto continuam a parecer recentes; a maior parte das ruas oferece ainda ruínas e demolições». Estábamos, então, perto do termo do consulado pombalino; mas, mesmo depois dele, os testemunhos concordam: acha um, em 1780, que o progresso da reconstrução «parece ser lento». E, já nos princípios do século seguinte, em 1806, Madame Junot via nas ruas da cidade «os escombros tal e qual tinham ficado no ano amaldiçoado», (França, 1989, p. 51-52).

Por sua vez, no século XIX, os comerciantes e agricultores portugueses radicados no Maranhão, enriquecidos com a exportação do arroz e do algodão, além de construírem sobrados e solares em estilo pombalino, também importavam os costumes e a moda de vestir da metrópole e da cidade do Porto.

Em São Luís, além da arquitetura pombalina destaca-se também que outras influências arquitetônicas trazidas com os imigrantes das regiões das Beiras, Trás-os-Montes e Norte de Portugal, contribuíram para compor a tipologia das construções maranhenses, principalmente na forma da distribuição interna dos ambientes e no fechamento do avarandado da fachada posterior.

A importação da técnica construtiva pombalina para São Luís acontece no final do século XVIII e durante o século XIX, com a necessidade de se construir com rapidez prédios para atender a demanda de habitações e comércios, provocada pelo crescimento acelerado da cidade, em consequência do enriquecimento econômico da região. O inovador sistema de pré-fabricação utilizado na baixa pombalina foi o modelo escolhido pelos ricos comerciantes e produtores rurais para as novas edificações de seus sobrados e solares.

A importação da técnica pombalina foi facilitada porque a cidade portuária de São Luís, na época, mantinha um estreito laço com a metrópole portuguesa, por meio de um intenso tráfego dos navios que levavam a produção do algodão e arroz.

O Maranhão e o Pará se comunicavam mais com Lisboa do que com o resto do Brasil, pois, segundo Southey (1862) relata, era “tão difícil a navegação d'esta costa do norte para o sul, vindo em direcção contraria o vento e a corrente, que mais fácil é ir do Pará ou Maranhão a Lisboa do que por mar ao Rio ou á Bahia” (Southey, 1862, p. 383). Assim, de acordo com Southey (1862), construía-se, em São Luís, edificações à semelhança da arquitetura lusitana principalmente, aquelas historicamente designadas como pombalinas.

A estreita relação do Maranhão com a metrópole, assim como as províncias do Grão-Pará e Rio Negro (atual Amazonas), é notória nos séculos XVIII e XIX, pois “ainda na época da colônia já constituíam um território autônomo com relações diretas com Lisboa, provavelmente seriam as últimas a se desligar de Portugal” (Gomes, 2010, p. 320). O Maranhão foi um dos últimos a aderir independência do Brasil em 1822, pois,

a região Norte, Pará e Maranhão se mantiveram fiéis aos portugueses. Por alguns meses, obedecendo às ordens das cortes de Lisboa, ambas as províncias chegaram a se declarar separadas do restante do Brasil e ligadas diretamente a Portugal [...] Em 17 de novembro de 1822, mais de dois meses após a Proclamação da Independência, a Junta Provisória do Maranhão anunciou que se manteria fiel a Portugal, sem aderir à causa de D. Pedro I (Gomes, 2010, p. 33).

Somente no dia 28 de julho de 1823, sobre a pressão do exército brasileiro, a Junta de Governo do Maranhão declarou a adesão da província ao império do Brasil. Mesmo assim os laços comerciais e socioculturais se mantiveram com a metrópole portuguesa por alguns anos.

Para se entender o que acontecia naqueles anos conturbados, um mapa pode ajudar. Localizado no extremo Norte, o Maranhão vivia isolado da longínqua capital, o Rio de Janeiro. Lisboa, ao contrário, era logo ali. Pelo mar, ficava bem mais perto que o Sudeste. E não só do ponto de vista geográfico, mas também por laços econômicos e políticos, os maranhenses tinham motivos para resistir à incorporação de sua província às demais, já convertidas à independência (Galves, 2008, p. s/n).

Para melhor entender como as concepções da arquitetura pombalina estão presentes em muitos aspectos do centro histórico de São Luís (Figura 27), faz-se uma breve descrição sobre alguns elementos do sistema construtivo concebido para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, comparando-o às edificações de São Luís: primeiramente o Marquês de Pombal, nomeia o engenheiro-mor Manuel da Maia, como chefe da equipe escolhida para executar o plano de reconstrução de Lisboa e constitui o gabinete de trabalho denominado Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa.



(a)



(b)

Figura 27: (a) Terreiro do Paço – Lisboa, 2011; (b) Terreiro do Paço (Lisboa) - Painel encontrado em sobrado de São Luís do Maranhão. Fotos: Margareth Figueiredo.

Em 1756 a equipe técnica chefiada pelo engenheiro Manuel da Maia e formada pelos arquitetos Eugénio Santos e Carlos Mardel, apresentam várias hipóteses e recomendações técnicas para que fosse escolhida a proposta urbanística que melhor atendia os critérios estabelecidos pelo reino.

Em 12 de maio de 1758, o Gabinete Técnico da Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa estabelece o “Plano Regulador” que irá nortear todas as obras de recuperação urbanística de Lisboa. O Plano Regulador determina a obrigatoriedade de edificar as novas construções conforme as regras estabelecidas.

Entre a documentação produzida pela Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa, para as novas construções encontra-se o Cartulário Pombalino (1758-1864) que é um conjunto de 70 prospectos (alçados) complementado por um índice manuscrito, contendo as soluções arquitetônicas de fachadas para determinadas ruas.

Trata-se, portanto, de um conjunto de 70 alçados para a reconstrução da cidade de Lisboa, segundo as directivas programáticas do Marquês de Pombal [...] Os desenhos, sobre papel de boa qualidade, a tinta da china e por vezes também a aguarela, referem-se às fachadas dos prédios de rendimento a distribuir ao longo das ruas a reconstruir. O modelo é sempre o mesmo: edifícios de quatro pisos (loja, andar com varandas, andares com janelas de peito e águas furtadas), cuja riqueza de pormenores vai variando consoante se destinem as ruas principais ou secundárias. Quase todos os desenhos possuem um título, ao cimo, que indica a zona por onde devem ser aplicados os modelos que representam, e legendas explicativas de variados pormenores nos locais em que são necessárias (Lisboa, 2005, p. 18).

O Plano urbanístico escolhido previa reconstruir a Baixa sobre os escombros da cidade antiga, porém com um novo traçado ortogonal, de autoria dos arquitetos Engénio dos Santos e Carlos Mardel, apresentando ruas largas, edificações com estrutura resistente a sismo, alinhamento das fachadas, instalação de esgotos e outras medidas técnicas que garantisse a rapidez das construções. Uma nova proposta para a cidade, bem diferente do emaranhado de ruas tortuosas existentes antes do terremoto. Por uma coincidência histórica, São Luís na época já apresentava, desde 1615, uma malha ortogonal favorecendo, portanto, a adaptação da tipologia arquitetônica pombalina (Figura 28).



(a)



(b)

Figura 28: (a) Traçado ortogonal da baixa Pombalina, (1756); (b) Malha ortogonal de São Luís, (1615)
Fontes: (a) Museu da Cidade – Lisboa; (b) Arquivo da SPC.

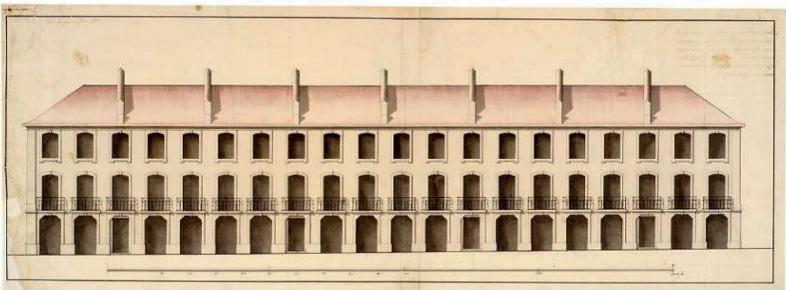
Para além do inovador plano urbanístico para a época, as edificações pombalinas apresentavam outras características avançadas, em cujos projetos arquitetônicos destacam-se as medidas de segurança contra sismos, canalização da rede de esgotos e a padronização e modulação do edifício para permitir a agilidade da construção, promovida pela introdução de muitos elementos arquitetônicos pré-fabricados, como os madeiramentos e carpintarias (estrutura de gaiola e telhado), as ferragens, as vergas e ombreiras em pedra lioz.

Na proposta final aprovada para as construções pombalinas, os edifícios tinham cinco pavimentos, incluindo um sótão, sendo o pavimento térreo destinado ao comércio e os pavimentos superiores ao uso residencial, com acesso de uma escada comum a mais de uma habitação. Os imóveis tinham alinhamento nos limites frontais e laterais do lote, e internamente eram voltados para uma única área livre (comum a todos) ao meio da quadra. Dessa forma o rigor tipológico deveria ser mantido, sendo assim,

nenhuma fantasia é deixada aos construtores — e em 16 de Junho de 1759 um alvará proíbe degraus, consolas, mísulas, gelosias, argolas para prender os cavalos, [...] Igualmente os interiores são estritamente programados, sem pátios, com pequeno átrio e escadas estreitas, e os apartamentos nus, sem chaminés, salvo a da cozinha, são mal distribuídos, sem corredor — nem retretes (França 1989, p. 41-42).

A uniformidade do número de pavimentos por quadra, somada a um ritmo modulado de cheios e envasaduras dos vãos de portas e janelas, faz com que as edificações pombalinas não se sobressaiam individualmente, resultando em quarteirões com volumetrias uniformes (Figura 29a). O edifício pombalino “é uma abstracção no conjunto, em que este somente conta: o conceito de prédio deve ceder aqui lugar ao conceito de bloco, ou quarteirão, com a sua unidade programada - e nele reside a parte primordial da necessária encarnação urbanística” (França, 1989, p.43).

O acervo arquitetônico do centro histórico de São Luís apresenta também o alinhamento dos imóveis nos limites frontais e laterais do lote, assim como a composição de fachada semelhante à modulação pombalina, na abertura e ritmo das envasaduras dos vãos de portas e janelas. No entanto, não apresenta a uniformidade de volumetria das quadras da Baixa Pombalina, devido à diversidade do número de pavimentos dos imóveis por quadra. Em São Luís, a maioria das edificações possui dois ou três pavimentos, registrando-se pouquíssimos sobrados com quatro pavimentos. Desse modo, um sobrado de dois pavimentos pode ter ao seu lado outro de três pavimentos ou mesmo uma edificação térrea (Figura 29b).



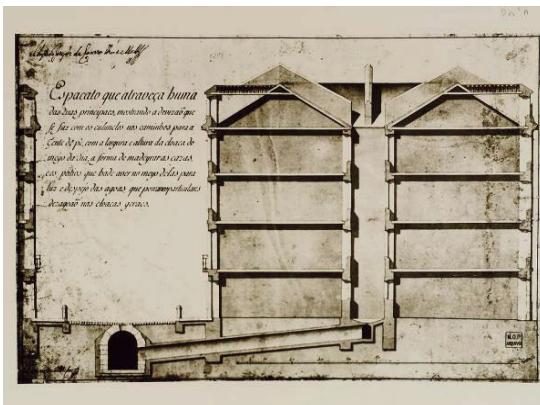
(a)



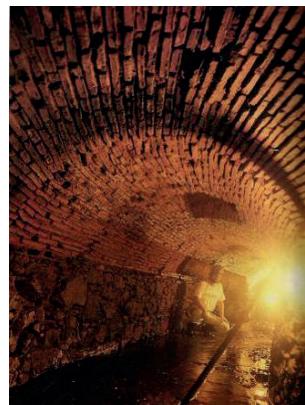
(b)

Figura 29: (a) Quarteirões pombalinos apresentam volumetrias uniformes; (b) Conjunto arquitetônico de São Luís apresenta quarteirões com volumetrias em alturas variadas. Fontes: (a) Foto nº. 97 do CD do livro Lisboa 2005; (b) Figueiredo (2006, p. 115).

Em termos de instalações prediais, as edificações de São Luís não tiveram o mesmo tratamento de galerias de esgotos aplicados às construções pombalinas (Figura 30a), desde o início do plano no século XVIII. Em São Luís, só foram feitas na época, galerias de águas pluviais (Figura 30b). O escoamento dos esgotos, por galeria só foi implantado, em São Luís, no começo do século XX.



(a)



(b)

Figura 30: (a) Rede de esgotos subterrâneo das edificações pombalinas; (b) Galeria subterrânea de águas pluviais do centro histórico de São Luís. Fontes: (a) Foto nº. 150 do CD do livro Lisboa 2005; (b) Foto Edgar Rocha.

Quanto à técnica construtiva das paredes estruturais, as edificações da Baixa Pombalina utilizam uma armação do tipo gaiola, constituindo-se por um esqueleto de madeira, formado por peças verticais e horizontais (prumos e travessanhos) e peças em diagonal, formado por várias cruzes de Santo André (Figura 31a).

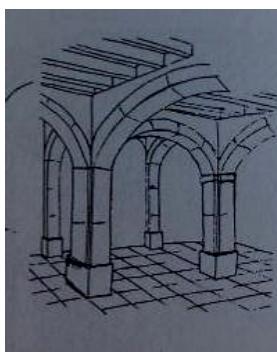
Com essa estrutura de gaiola as paredes ficam mais leves e flexíveis em caso de sismo, ao contrário das paredes tradicionais de alvenarias de pedra ou tijolo (Mascarenhas, 2005). Esta estrutura de gaiola não aparece no piso térreo, que é formado por paredes mestras e pilares ligados por arcos e, em alguns casos, também por abóbadas (Figura 31b). A partir do primeiro andar, essas paredes possuem uma grade de madeira voltada para o lado interno da edificação, que serve para fazer o travamento dos pisos e o encaixe com as paredes internas do sistema de gaiola. A influência da arquitetura pombalina foi marcante na cidade de São Luís, pois embora não houvesse risco de terremoto, o sistema construtivo do tipo gaiola, com amarração em cruz de Santo André (Figura 31a e 31c), foi bastante utilizado nas alvenarias dos pavimentos superiores. À semelhança das edificações da Baixa Pombalina, em São Luís, o pavimento térreo é formado por paredes-mestras, em pedra argamassada com areia e cal, e pilares ligados por arcos, não sendo identificado nenhum caso com abóbadas (Figura 31d).



(a)



(c)



(b)



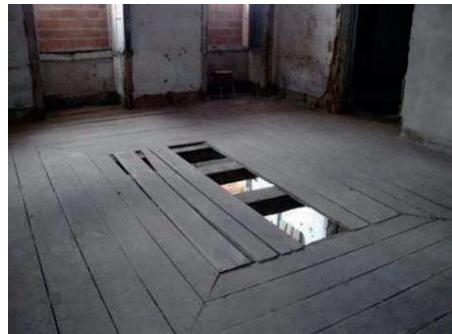
(d)

Figura 31: (a) Gaiola pombalina em Lisboa; (b) Abóbadas no pavimento térreo, em Lisboa; (c) Gaiola Pombalina, em São Luís; (d) Arcos no pavimento térreo em São Luís. Fontes: (a) Córias, (2007); (b) Mascarenhas, (2005); (c) - Escola de Música do Maranhão; (d) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UEMA.

A partir do primeiro andar, as paredes não possuem uma grade de madeira voltada para o lado interno da edificação, como acontece no edifício pombalino, que servia para fazer o travamento dos pisos e o encaixe com as paredes internas do sistema de gaiola. Esse travamento dos pisos, em São Luís, é feito com grandes barrotes de madeira (suporte para o assoalho) engastados diretamente na parede (Figura 32).



(a)



(b)

Figura 32: (a) Barrotes para sustentação do assoalho; (b) Assoalho sobre barrotes. Fotos: Margareth Figueiredo

Um dos princípios do plano de Manuel da Maia e de sua equipe revela a preocupação com a rapidez da reconstrução da Baixa, que tem como soluções de agilidade a pré-fabricação e a modulação dos edifícios, predominando o equilíbrio entre cheios e envasaduras (Figura 33). A ideia inovadora era produzir algumas peças que seriam pré-fabricadas, com medidas padronizadas, em oficinas espalhadas pela redondeza. Tanto para o traçado da malha urbana como para a modulação das fachadas dos edifícios, a unidade de medida escolhida foi o palmo (aproximadamente 22,5cm), na qual se baseavam também as peças pré-fabricadas. Entre os elementos pré-fabricados, estão as peças de carpintaria formadoras da estrutura de gaiola e coberturas, as cantarias e as peças metálicas dos guarda-corpos das escadas, que eram fabricados em blocos e depois fundidos para formar uma peça única.



(a)



(b)

Figura 33: (a) Modulação e equilíbrio dos cheios e envasaduras, na Baixa Pombalina; (b) Modulação e equilíbrio entre cheios e envasaduras, em São Luís. Fontes: (a) prospectos do Cartulário Pombalino, Lisboa, (2005); (b) Foto Margareth Figueiredo.

Algumas soluções pombalinas relacionadas com a modulação são incorporadas nas edificações de São Luís, como ocorrem nas aberturas dos vãos de portas e janelas, que mantêm um ritmo de cheios e envasaduras harmonioso. É muito constante, em São Luís, nos sobrados, solares e moradas térreas dessa época, a presença de elementos arquitetônicos em cantaria de lioz, dimensionados com medidas padronizadas, importados em navios procedentes de Lisboa, tais como: ombreiras, vergas de portas, portadas ornamentadas, socos, cunhais, além de peças avulsas que foram utilizadas como meios-fios e pavimentação de passeios e calçadas. Toda a serralharia e ferragem seguem o mesmo padrão ou modelos utilizados nas edificações pombalinas.

O sistema construtivo pombalino também foi utilizado em outras áreas de Lisboa e principalmente na cidade portuguesa de Vila Real de Santo António, que teve o núcleo urbano e arquitetônico planejado e construído “como uma das formas de reorganizar o país através do desenvolvimento industrial ligado ao sector das pescas e do controle aduaneiro” (Mascarenhas, 2005, p. 203). O sistema pombalino só caiu em desuso no final do século XIX após a introdução de novos materiais estruturais, como o ferro e o concreto armado.

OUTRAS INFLUÊNCIAS DE ORIGEM PORTUGUESA

Em São Luís, de acordo com Silva Filho (2008) as fachadas em espessas paredes de pedra e cal, voltadas para o logradouro público, retratam na paisagem da cidade traços marcantes da metrópole, mais precisamente da arquitetura portuguesa do período pombalino. Ao adentrar-se na área íntima da edificação, contrastando com a fachada principal em pedra e cal, encontram-se nas fachadas posteriores, as varandas voltadas para os pátios internos, com fechamento leve, em madeira e vidro (Figura 34), apresentando características mais próximas dos alpendres e varandas das regiões portuguesas das Beiras e de Trás-os-Montes.



Figura 34: Varandas de São Luís – (a) Solar situado à Rua do Giz; (b) Solar situado no Largo do Carmo. Fotos: Margareth Figueiredo.

Os tipos de varandas envidraçadas (guilhotinas em madeira e vidro) das casas da região transmontana, foram confeccionadas para suportar o clima em dois momentos: inverno e verão, pois, é “excessivo e rude: chuvas muito abundantes, neve e frio glacial, no Inverno; calor sufocante e uma secura que seca rios e fontes no Verão – a Ibéria Seca” (Oliveira & Galhano, 1992, p. 134).

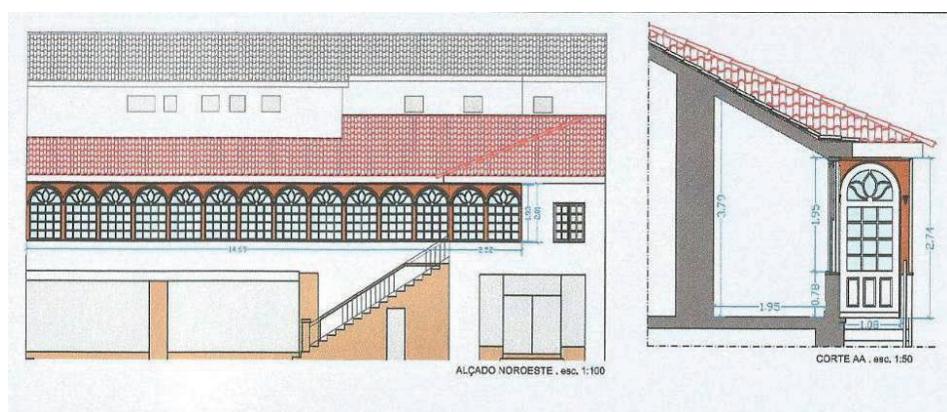
Fazendo-se uma analogia do clima da região transmontana com o clima tropical quente e úmido da ilha de São Luís, “localizada entre os meridianos 44° e 45° a Oeste de Greenwich e apresenta 2°58' de latitude ao Sul do equador. Possui duas estações climáticas distintas: verão, de julho a dezembro e o inverno, de janeiro a junho” (Souza, 2012, p. 226), verifica-se que, para fazer frente à dualidade climática, a solução de fechamento das varandas adotadas em São Luís, com veneziana e guilhotinas em madeira e vidro, guarda semelhanças com aquelas regiões portuguesas das Beiras e de Trás-os-Montes, a exemplo das varandas encontradas na cidade de Viseu (Figura 35).



(a)



(b)



(c)

Figura 35: (a) e (b) Varanda envidraçada do Solar dos Condes de Prime, na cidade de Viseu, Portugal; (c) Alçado e Corte da varanda do Solar dos Condes de Prime. Fontes: (a) e (b) Fotos Margareth Figueiredo; (c) Acervo do Programa Viseu Novo/SRU.

Sobre o contraste entre a fachada principal e a fachada posterior das edificações de São Luís do Maranhão no século XVIII e XIX o arquiteto Silva Filho (2008) comenta que as edificações de arquitetura civil expressam de frente a Metrópole e aos fundos a Colônia, ou seja:

a Metrópole: formais nos contornos de perfis precisos, austeras na supremacia dos cheios, adornadas de ferro batido na projeção dos vãos, geométricas no equilíbrio dos frontispícios vindos do renascimento, eloquentes na azulejaria, sublinhadas no lioz estrutural dos vãos. Os fundos, ajustados ao rigor da frontaria européia e recolhidos aos quintais, são leves, assimétricos, abertos e despojados – a Colônia: madeira, treliçados, barro e pedra de beira-mar (Silva Filho, 2008, p. 52).

O arquiteto Silva Filho (2008), faz alusão sobre o fechamento dos fundos das varandas como uma solução mais típica da Colônia, já Alcântara (1980) reconhece existir uma influência portuguesa também na tipologia de fechamento dessas varandas com venezianas e guilhotinas (madeira e vidro) ao assinalar que as,

[...] varandas dos sobrados, de madeira, abertas as mais antigas (como ainda são encontradas em Alcântara algumas), fechadas com guilhotinas ou com venezianas, a maior parte; apoiadas em pilastras delgadas ou em mãos francesas, [...] tivemos a impressão que se trate de modismos de diversas regiões portuguesas, que aqui se encontram, trazidos provavelmente por gente desses locais, e que se somam ou se fundem com adaptações ao nosso ambiente. Por exemplo, as já citadas varandas, são tão comuns nas fachadas principais dos sobrados de Trás-os-Montes e que já aparecem desde a Beira Alta, aqui se voltam para os fundos, com detalhes construtivos análogos aos portugueses, porém mais abertas, mais ventiladas e mais ampla, para servirem de sala de refeição (Alcântara, 1980, p. 24).

O arquiteto Lúcio Costa considera que a varanda da fachada posterior dos imóveis de São Luís, com fechamento em madeira, vidro e largas venezianas (tabicão), tem grande valor como lição de arquitetura tropical, pela sua solução funcional e estrutural (Figura 36). Contrastando com as fachadas em alvenaria de pedra e cal, voltadas para a rua, as varandas

se abrem, rasgadas de fora a fora, apoiadas em pilares no quintal, ou em balanço, formando um avarandado – trama contínua de venezianas, treliças ou caixilharia – protegido por enormes beirais e sobreposto a estrutura maciça da casa. É para aí que convergem, na forma usual, a sala de jantar, o serviço e a parte comunitária mais íntima da vida caseira (Costa, 2006, p. 46).



(a)



(b)

Figura 36: Varandas de São Luís - (a) Desenho do arquiteto Lúcio Costa; (b) Varanda de solar no centro histórico. Fontes: (a) Costa, 2006, p. 46; (b), Foto Margareth Figueiredo.

A característica fundamental da habitação transmontana (Figura 37), “que marca sem dúvida a sua originalidade, é a varanda, que se pode considerar de uso absolutamente geral, e que, embora comparável à varanda da casa do Noroeste, mostra características próprias e especiais” (Oliveira & Galhano, 1992, p. 142). Fernandes (1991), comenta que o “Inquérito de Arquitectura Popular” realizado por equipes itinerantes de arquitetos, (1956-1961), permitiu um maior conhecimento sobre a arquitetura popular em Portugal e suas diferenças regionais.



(a)



(b)

Figura 37: Varandas portuguesas - (a) Cidade de Bragança; (b) Cidade de Amarante. Fotos: Margareth Figueiredo.

Nas cidades de Viseu e Tarouca destacam-se alguns exemplares cuja vedação de madeira e vidro do alpendre guarda mais semelhanças com as varandas dos pátios internos da arquitetura produzida em São Luís do Maranhão no século XIX, (Fig. 38). Esta similaridade se evidencia pelo fechamento das esquadrias, na parte superior, em guilhotina de madeira e vidro e na base da esquadria, devido ao clima, a solução maranhense é em venezianas, enquanto que a portuguesa é em almofadas.



(a)



(b)



(c)

Figura 38: (a) Varanda envidraçada na cidade de Tarouca, Portugal; (b) Varanda do Solar dos Peixotos, Viseu Portugal (c) Alçado e Corte da varanda do Solar dos Peixotos. Fontes: (a) Foto Alice Costa; (b) Foto Margareth Figueiredo; (c) Acervo do Programa Viseu Novo/SRU.

Em algumas cidades da Espanha que fazem fronteira com Portugal, a exemplo de Pontevedra e Vigo, na região da Galiza, também se encontram, na fachada frontal, varandas envidraçadas (Figura 39), semelhantes àquelas encontradas na cidade de Tarouca, (Figura 39a). Já em Viseu (Figura 38b e 38c), a exemplo de São Luís (Figura 34), essas varandas encontram-se na fachada posterior das edificações.



(a)



(b)

Figura 39: Varandas envidraçadas na Espanha: (a) Edificações na cidade de Pontevedra; (b) Edificação na cidade de Vigo. Fotos: Margareth Figueiredo.

Fernandes (1991), ao destacar alguns exemplos de núcleos da colonização com características concretas da arquitetura vernácula portuguesa, cita o exemplo maranhense da “planta em “L”, com cozinha “puxada” e o pátio com rotulados, do Maranhão – qual solar minhoto” (Fernandes, 1991, p. 82). A planta baixa em “L” é uma tipologia de implantação no lote urbano que predomina nos solares, sobrados e moradas térreas de São Luís do Maranhão.

Outra característica que se verifica nos solares, tanto em Portugal como em São Luís, é o acabamento requintado do vestíbulo, no pavimento térreo (rés do chão), com pisos decorados em mosaicos, onde se encontra o acesso à escada principal que conduz aos pavimentos superiores, que são utilizados como habitação das famílias nobres (Figura 40).



(a)



(b)

Figura 40: (a) Vestíbulo do Solar dos Peixotos na cidade de Viseu, Portugal; (b) Vestíbulo do Solar dos Vasconcelos, em São Luís do Maranhão. Fotos: Margareth Figueiredo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente na morfologia urbana de São Luís a influência portuguesa na formação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. A lembrança da imagem lisboeta singular destaca-se, pela constância como são aplicadas na maioria dos imóveis, as técnicas construtivas pombalinas adotadas na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755.

O expressivo patrimônio de arquitetura civil, formado pelo belo casario colonial com características lusitanas, é remanescente dos séculos XVIII e XIX. O conjunto arquitetônico é um legado do período áureo da economia do Maranhão, que na metade do século XVIII, e durante o século XIX. A influência da arquitetura portuguesa, na parte mais antiga da cidade de São Luís, deve-se a alguns fatos históricos, considerando-se que no panorama econômico do Brasil, no período do século XVII até metade do XVIII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a capital em São Luís, permaneceu entre as colônias portuguesas mais pobres.

Os laços comerciais entre São Luís e Lisboa iniciados na metade do século XVIII com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, duraram até o século XIX, mesmo depois da Companhia ser extinta em 1778. O Maranhão mesmo enfrentando crises de alta e baixa do algodão, manteve a sua produção agrícola, com base na mão-de-obra escrava, consolidada durante quase todo o Império, principalmente na cidade de São Luís, onde residia a burguesia e os comerciantes que exportavam a produção agrícola, e em Alcântara, onde residia a aristocracia rural.

O Império foi o período áureo da cidade portuária de São Luís, que se destacava no cenário nacional, como a quarta cidade mais próspera. O capital acumulado com a agroexportação do algodão e do arroz refletiu, de maneira decisiva, em melhorias urbanas e socioculturais. Registra-se considerável alteração na morfologia da cidade, tanto em relação à nova arquitetura de feição lisboeta, adaptada ao clima tropical, como no incremento de melhorias de infraestrutura urbana: pavimentação, iluminação pública a gás, instalação de fontes e chafarizes.

Para além da presença constante de elementos construtivos da arquitetura pombalina de Lisboa, em muitos solares, sobrados e moradas térreas, a azulejaria destaca-se com símbolo cultural de São Luís, sendo referência nacional de azulejo de fachada, com um grande número de imóveis azulejados, remanescentes do período colonial e imperial. Por essa singularidade São Luís tornou-se conhecida como “Cidade dos Azulejos”, pelo expressivo número de edificações dos séculos XVIII e XIX, que apresenta fachadas e interiores revestidos em azulejos antigos, a maioria procedente do Porto e de Lisboa.

A expressão volumétrica da arquitetura civil de São Luís apresenta, na fachada principal, soluções costumeiras das técnicas construtivas das fachadas Pombalinas, somadas, nas fachadas posteriores, à despojada solução das varandas e alpendres comuns nas regiões das Beiras e Trás-os-Montes. Internamente os pisos apresentam vestíbulo, salas, alcovas, varandas e pátios internos, com plantas em forma de “L”, “U” e “C”, que lembram, a implantação dos antigos solares portugueses.

REFERÊNCIAS

- Albernaz, M. P. & Lima, C. M. Dicionário ilustrado de arquitetura (Vol. II – J a Z). São Paulo: ProEditores. 1998.
- Alcântara, D. Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão. Rio de Janeiro: Ed. Fontana.1980.
- Brasil, T. P. de S. Compendio elementar de geographia geral e especial do Brasil. Rio de Janeiro: Casa dos editores Eduardo & Henrique Laemmert. 1864.
- Córias, V. Reabilitação estrutural de edifícios antigos: alvenaria, madeira: técnicas pouco intrusivas (2.^a Ed.). Lisboa: Argumentum. 2007.
- Costa, L. Arquitetura. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda. 2006.
- Duarte, C. F. Belém, PA. In J. Pessôa & G. Piccinato (Orgs) *Atlas de centros históricos do Brasil* (pp54-60). Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra. 2007.
- Fernandes, J. M. A Arquitectura. Biblioteca Digital Camões, Comissariado para Europália, http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/cat_view/33-arquitectura.html.1991. Acessado a 11/09/2012.
- Fidalgo, A., Grilo, M., & Santos, M. S. Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal. 2010.
- Figueiredo, M. Espelho do Tempo - conservação da autenticidade do espaço público dos conjuntos patrimoniais edificados: O caso do centro histórico de São Luís (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, não publicada). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.
- França, J. A. A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina (3.^a Ed.). Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Língua Portuguesa. 1989.
- Galves, M. C. Independência é traição. Revista de História, Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/independencia-e-traicao>. Acessado a 27/02/2014. 2008.
- Gomes, L. 1822 (2.^a Ed.) Porto: Porto Editora. 2010.
- Holanda, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1971.
- IPLAM - Instituto de Pesquisa e Planejamento do município de São Luís. Normas e Diretrizes para intervenções nas áreas de interesse cultural de São Luís do Maranhão. São Luís: IPLAM/PMSL. 1998. (texto policopiado)
- Kidder, D. P. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: províncias do norte. São Paulo: Martins. 1943.
- Lemos, C. Arquitetura brasileira. São Paulo: Melhoramentos.1979.
- Lisboa, Cartulário Pombalino, Coleção de 70 Prospectos (1758-1846). Lisboa: Arquivo Municipal. 2005.

Mascarenhas, J. Sistemas de Construção V – O edifício de rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, processo evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistema construtivo. Lisboa: Livros Horizonte. 2005.

Machado, J., & Braga, S. *Comunicação e cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, IPHAN. 2010.

Marques, C. A. Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta. 1970

Martins, M. B. Retratos de São Luís: O recenseamento de 1885. *Estudos de História*, 5 (2) 173-185. 1998.

Meireles, M. M. História do Maranhão (2.ª Ed.). São Luís: Fundação Cultural do Maranhão. 1980.

Moreira, R. Breve História de São Luís. In L. P., Andrés (Org.) Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial (pp.14-27). São Paulo: Audichromo Editora. 1998.

Mota, N. A Arquitectura do quotidiano – Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2006.

Oliveira, E. V., & Galhano, F. Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1992.

Pflueger, G. S. Renovações urbanas e ruínas no Maranhão do século XX. In J. B. Salgado Neto, & G. S. Pflueger (Orgs.), Aspectos urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar (pp. 38-48). São Luís: EdUEMA. 2012

Reis Filho, N. G. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva. 1976.

Rio de Janeiro. Corografia Brazilica, ou Relação Historico-Geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima (Tomo II). Rio de Janeiro: Impressão Regia. 1817.

Rossa, W. No 1º Plano. In Lisboa 1758 O Plano da Baixa hoje (pp. 24-81). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. (24-81). 2005.

Silva Filho, O.P. *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão* (2.ª Ed.). Belo Horizonte: Formato. 1998.

Silva Filho, O. P. Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão, In *São Luís do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem* (pp.50-79). São Luís-Sevilha: Junta de Andaluzia. 2008.

Santos, P. Formação de cidades no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001.

Selbach, J. F. (Org.). Códigos de Postura de São Luís/MA. São Luís: EDUFMA. 2010.

Southey, R. *Historia do Brazil* (Vol.6). Rio de Janeiro: Garnier Irmãos, Editores. 1862.

Souza, S. M. O Clima de São Luís e as estratégias sustentáveis ambientais. In J. B. Salgado Neto, & G. S. Pflueger (Orgs.) Aspectos urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar (pp. 224-234). São Luís: EdUEMA. 2012.

Spix, J. B. V.; & Martius, K. F. P. V. Viagem pelo Brasil (Vol II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1938.

Telles P. C. S. História da Engenharia no Brasil (séculos XVI ao XIX). Rio de Janeiro: LCT - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1984.

Venâncio, L. & Figueiredo, M. A influência pombalina nas edificações dos centros históricos de São Luís e Alcântara: um estudo a partir dos sistemas construtivos. Comunicação apresentada no X Seminário Terra Brasil, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís. 2008.

Viterbo, S. Dicionario historico e documental dos architectos e connstrutores portuguezes ou a serviço de Portugal (Vol. I A-G). Lisboa: Imprensa Nacional. 1899.

Viterbo, S. Dicionario historico e documental dos architectos e connstrutores portuguezes ou a serviço de Portugal (Vol. II H-R). Lisboa: Imprensa Nacional. 1904.

Viveiros, J. História do comércio do Maranhão (Vol. 3). São Luís: Associação Comercial do Maranhão. 1954.

SOBRE A AUTORA

MARGARETH GOMES DE FIGUEIREDO: Arquiteta, Mestre em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE, Doutora em Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, Portugal. Professora Adjunta III, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Desenvolve pesquisas nas áreas de patrimônio histórico, revitalização, preservação, memória e gestão do patrimônio cultural edificado.



Margareth Gomes de Figueiredo

CASARÕES DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Herança da arquitetura tradicional portuguesa



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



@atenaeditora



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Margareth Gomes de Figueiredo

CASARÕES DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Herança da arquitetura tradicional portuguesa

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br